

TRABALHO FEMININO E A SITUAÇÃO FAMILIAR DA MULHER NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE*

Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira**
Márcia Coelho de Segadas Vianna***

OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

O propósito do presente estudo é o de examinar a influência da instrução na relação entre a participação feminina na força de trabalho e a posição da mulher na estrutura familiar em áreas diferenciadas quanto ao grau e à natureza do processo de metropolização em 1980.

O interesse por esta questão surgiu a partir do trabalho de Wainerman e Lattes¹ e da pesquisa "Aspectos da Fecundidade e do Trabalho Feminino nas Áreas Urbanas do Estado de São Paulo"². Nesta pesquisa, ficou evidenciada a íntima relação existente entre o engajamento da mulher na força de trabalho e o seu ciclo de vida familiar. Por outro lado, ficou também comprovada a influência marcante da escolaridade para a participação feminina na população ativa,

bem como para o comportamento reprodutivo da mulher. A importância da instrução na relação entre o trabalho feminino extralocal e o ciclo da vida familiar da mulher não pôde, contudo, ser investigada pois estes fatores não foram considerados de forma conjunta.

Wainerman e Lattes, em contrapartida, analisaram o inter-relacionamento entre estes três fatores para a Argentina e a Bolívia, chegando a conclusões que apontam (no sentido de mostrar) a relevância do nível de escolaridade da mulher para a compreensão da interação entre o trabalho feminino extralocal e a posição da mulher no grupo familiar.

São escassos os trabalhos que objetivam avaliar o comportamento conjunto destes três fatores, o que, por si só, justificaria a realização deste estudo. Além do mais, os resultados da pesquisa anteriormente desenvolvida³ e que, em linhas gerais, revelam

* Recebido em 30/9/87.

** Analista Especializada em Sociologia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

*** Analista Especializada em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

As autoras agradecem as sugestões e contribuições apresentadas por: Solange Tietzmann Silva, Olga Maria Buarque de Lima Fredrich, Fany Rachel Davidovich, Sonia Maria Rodrigues da Rocha, Maria Helena Fernandes da Trindade Henriques e agradecem também ao responsável pela datilografia Rogério Botelho de Mattos.

¹ Catalina H. Wainerman, Zulma Recchini de Lattes, v. Bibliografia.

² Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira, Márcia Coelho de Segadas Vianna, Juarez de Castro Oliveira, v. Bibliografia.

³ Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira, Márcia Coelho de Segadas Vianna, Juarez de Castro Oliveira, v. Bibliografia.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 50 (2): 5-48, abr./jun. 1988

a ocorrência de certas mudanças no padrão de atividade feminina, pelo menos em se tratando do espaço urbano paulista (na última década), também vêm reforçar a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre este tema de estudo. Tais mudanças caracterizam-se pelo maior crescimento das taxas de atividade das mulheres casadas e, em especial, daquelas pertencentes aos estratos médio e alto de rendimento das mulheres com níveis mais elevados de escolaridade e pelo maior ritmo de crescimento das taxas de atividade das mulheres de baixa renda com filhos pequenos.

A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A bibliografia existente indica ser o tema trabalho feminino objeto de análises fundamentadas em enfoques e teorias diversificadas. Tais análises, a grosso modo, procuram situar a problemática do emprego feminino tanto no plano sócio-cultural, ao destacar a importância dos valores e preconceitos reguladores do papel da mulher na sociedade, como no plano econômico. Embora as variáveis de natureza sócio-cultural desempenhem um papel relevante para a compreensão das características particulares de inserção da força de trabalho feminina, cumpre destacar que a determinação da situação da mulher, enquanto força de trabalho, reside, em última instância, na estrutura econômica.

Nas sociedades pré-capitalistas, onde a família exercia também a função de unidade produtiva, a mulher desempenhava atividades econômicas. "A mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental"⁴.

Nesta etapa histórica, apesar de a mulher participar intensamente das atividades

econômicas, ela o faz de forma subsidiária, já que cabia ao homem, o chefe da unidade familiar, o poder decisório. No caráter subsidiário que define a participação econômica feminina nas sociedades pré-capitalistas, já se delinea "a marginalização de que seria alvo a mulher, no que concerne ao padrão *mulher-trabalhadora*, na etapa histórica específica do modo de produção capitalista"⁵.

Nesta etapa histórica, ocorreram profundas modificações no papel da unidade familiar. A produção, antes desenvolvida no âmbito familiar, transferiu-se para as fábricas. O deslocamento da produção para fora da unidade familiar redefiniu não apenas o papel desta instituição, como também da própria mulher. A perda da função produtiva da família refletiu-se na situação da mulher que de trabalhadora ativa passou a constituir-se em reserva de mão-de-obra.

A divisão sexual do trabalho, presente nas diversas formas de organização social, foi reforçada pelas novas condições sócio-econômicas. As atividades consideradas como femininas sempre guardaram relação com a função primordial da mulher, a de reprodução, muito embora tenham variado historicamente nos distintos tipos de sociedade. "A divisão sexual do trabalho, própria da reprodução biológica, estendeu-se a outras esferas, não por razões biológicas, mas, sim, econômicas e políticas"⁶. Com o desenvolvimento do trabalho assalariado, a divisão sexual do trabalho foi reforçada, assegurando ao homem as atividades destinadas à produção social e desenvolvidas no espaço público, enquanto que a mulher permaneceu no espaço privado da família, identificada com o trabalho doméstico. A vinculação da mulher com o trabalho doméstico tornou-se necessária para a própria reprodução da força de trabalho. Singer ressalta que o aproveitamento de mulheres e crianças, em fases da Revolução Industrial Inglesa, ocasionou a deterioração das condições de vida dos trabalhadores a ponto de ameaçar a sua própria reprodução. As altas taxas de mortalidade eram associadas "à ocupação fora do lar das mães". Neste sentido, a regulamentação do trabalho fabril visou, também, criar condições

⁴ Heleieth J. B. Saffioti, v. Bibliografia, p. 23. — ⁵ Heleieth J. B. Saffioti, v. Bibliografia, p. 28. — ⁶ Kate Young, Card Wolkomitz, Roslyn McCullagh, v. Bibliografia.

para a permanência da mulher no lar, já que a manutenção da economia doméstica era necessária para a reprodução da força de trabalho, ameaçada pelas precárias condições de existência da classe trabalhadora inglesa. A função básica da mulher passa a ser a de reprodutora da força de trabalho, cabendo ao homem a manutenção da família através do trabalho assalariado dominante, no modo de produção capitalista⁷.

A vinculação primeira da mulher com as atividades de reprodução e em decorrência do trabalho doméstico limita a sua participação na atividade econômica. Neste campo, a atividade da mulher é vista como secundária, transitória e subordinada às suas atribuições principais de esposa e mãe. Deste modo, o emprego feminino sofre a influência marcante do ciclo de vida familiar da mulher. A sua participação na força de trabalho é, de modo geral, guiada por fatores de natureza familiar que passam a "regular a sua entrada, saída e reingresso na força de trabalho, pois a única maneira da mulher combinar os papéis na família e na atividade econômica, sem deslocar os papéis do homem, é tomá-los em seqüência, isto é, organizá-los de acordo com as demandas de seu principal papel — o de mãe"⁸.

Mas o inter-relacionamento entre o ciclo de vida familiar e o trabalho remunerado extralhar não se processa da mesma forma para as mulheres de diferentes estratos sociais. A situação de classe da mulher é que irá, em última instância, determinar o seu tipo de inserção no mercado de trabalho, como também a natureza da relação entre a participação feminina na atividade econômica e a posição da mulher na família. As alternativas que se apresentam às mulheres para fazer frente ao seu papel na reprodução e na produção refletem necessariamente a sua posição na estrutura social.

Contudo, vale frisar que "existem traços comuns no modo como a mulher se autodefine, independentemente de sua localização na estrutura social. Esta similaridade prende-se à especificidade de sua inserção no grupo doméstico de tal forma que, mesmo quando desempenhando atividades ex-

tradomésticas, a mulher tende a persistir, localizando naquele núcleo sua identidade principal"⁹.

Para a mulher de baixa renda, o trabalho remunerado corresponde a uma necessidade, estando relacionado à sobrevivência do seu grupo familiar. Neste caso, a incompatibilidade entre os papéis de mãe e de trabalhadora não se coloca, pois estas mulheres, em geral, se vinculam a atividades que são na verdade uma extensão das tarefas executadas no âmbito doméstico. Por outro lado, o cuidado dos filhos acaba ficando a cargo de outros familiares, de filhos de mais idade, ou de vizinhos¹⁰. A incorporação no mercado de trabalho significa, na realidade, o exercício de ocupações que se restringem quase sempre à prestação de serviços, comércio ambulante, trabalho a domicílio (costureiras, doceiras, etc.) ou a outro tipo de atividade não qualificada e mal remunerada que, de fato, encobrem uma situação de subemprego. A participação na atividade econômica implica em uma dupla jornada de trabalho, pois continuam sob seu encargo a realização das tarefas domésticas ligadas à reprodução e manutenção do grupo familiar.

O trabalho adquire outra conotação para a mulher dos estratos médio e alto. Pode ser visto como um instrumento que propicia a sua liberação da situação de subordinação na família ou mesmo como realização pessoal. Mas a sua participação na produção é condicionada de modo mais intenso por fatores de natureza familiar. O casamento ou o nascimento dos filhos funciona, na maioria das vezes, como obstáculo para o prosseguimento de suas atividades econômicas, uma vez que o cuidado dos filhos é quase sempre incompatível com o desempenho de uma atividade extradomiciliar. Para que a mulher destas camadas sociais possa tornar compatível os papéis de mãe e de trabalhadora é necessário, de um lado, limitar o número de filhos, pois ela tende "a formar unidades familiares do tipo nuclear onde o cuidado e a criação dos filhos fica a cargo da mulher e não em mãos de outros familiares como ocorre nos estratos pobres e sem instrução"¹¹ e, de outro, recorrer ao serviço

⁷ Paul I. Singer, 1976, v. Bibliografia, p. 30. — ⁸ G. Ronald Ridker, S. Olivia Nordberg, 1976, v. Bibliografia, p. 35.

⁹ Tania Salem, v. Bibliografia. — ¹⁰ Angel Fucaraccio, v. Bibliografia, p. 1-65. — ¹¹ Angel Fucaraccio, v. Bibliografia.

doméstico remunerado. Este expediente usado em grande escala em países como o Brasil, que conta com um volume considerável de mão-de-obra a baixo custo, substitui os serviços públicos e particulares no atendimento às necessidades da família, particularmente o cuidado dos filhos.

A relação entre o trabalho feminino extral e o ciclo de vida familiar da mulher sofre, também, a mediação do nível de instrução que está, por sua vez, associado ao posicionamento da mulher na estrutura de classes. A obtenção de níveis mais elevados de escolaridade proporciona o acesso a interesses, valores e aspirações diferenciadas que acabam influenciando nas pautas conjugais e reprodutivas. São as mulheres mais instruídas que apresentam maior propensão para ingressar no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se casam mais tarde e têm número menor de filhos do que as mulheres com baixos níveis de escolaridade¹².

Por outro lado, uma maior escolaridade amplia as oportunidades de ingresso da mulher no mercado de trabalho em ocupações mais satisfatórias em termos psicológicos e de remuneração. Portanto, o número de anos de estudo formal pode ser simplesmente o fator mais mensurável de um conjunto de forças interdependentes que simbolizam a abertura para novas idéias, padrão de vida mais alto, exposição ao ambiente urbano, a uma grande gama de opções e interesses fora de casa''¹³.

A mulher entra em contato, através da instrução formal, com um quadro de valores que estimulam a sua entrada na força de trabalho e que agem no sentido de reduzir o seu tamanho de família. Sweet afirma que a instrução gera uma série de necessidades de caráter psicológico, como a necessidade de prestígio e de poder que induzem as pessoas a procurar emprego¹⁴. O acesso a uma maior escolarização pode, portanto, impulsionar a mulher mesmo em fases menos favoráveis do seu ciclo de vida familiar (mulheres casadas, com filhos e com filhos pequenos) a se manter ou se engajar na força de trabalho.

O estudo de Wainerman e Lattes¹⁵, já citado, demonstra a importância da instrução na decisão da mulher de ingressar na força de trabalho. As conclusões mais gerais deste estudo apontam no sentido de que a escolaridade exerce um papel mais decisivo para a incorporação da mulher na atividade econômica que as suas condições familiares. "A educação exerce efeitos impulsores de maior intensidade que a situação familiar, quer dizer que ainda quando constituem unidades familiares integradas e numerosas as mulheres mais educadas tendem, com maior freqüência, a empregar-se do que as mulheres com situação familiar similar que receberam menor ou nenhuma instrução formal".

Os autores afirmam, porém, que este achado não permite concluir que a situação familiar não exerce também um papel importante, pois são de fato as mulheres que têm um companheiro presente que participam de modo menos freqüente da atividade econômica. Todavia, quanto maior for o nível de instrução da mulher, maior será a probabilidade dela engajar-se no mercado de trabalho, mesmo que tenha um companheiro presente e que seja ou não mãe.

O estudo ora proposto orienta-se na direção da pesquisa de Wainerman e Lattes, buscando, de um lado, reunir maiores evidências empíricas e, de outro, levantar informações adicionais que possibilitem uma melhor compreensão sobre esta questão.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Este tópico objetiva apresentar as opções metodológicas adotadas na formulação desta pesquisa. Em linhas gerais, este estudo visa a análise comparativa do papel desempenhado pela instrução na relação entre o trabalho feminino e o ciclo de vida familiar da mulher em alguns espaços metropolitanos (Regiões Metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre e de Recife) em 1980.

¹² Catalina H. Wainerman, Zulma Recchini de Lattes, v. Bibliografia.

¹⁴ J. A. Sweet, v. Bibliografia.

¹³ J. A. Sweet, v. Bibliografia.

¹⁵ Catalina H. Wainerman, Zulma Recchini de Lattes, v. Bibliografia.

O contexto metropolitano foi considerado como a unidade espacial mais adequada para a análise do efeito da instrução na relação entre a participação feminina na força de trabalho e o ciclo de vida familiar da mulher. Isto porque é no espaço metropolitano que se localizam as maiores oportunidades educacionais e, por outro lado, as mais amplas alternativas ocupacionais para a mulher, principalmente para aquelas pertencentes aos estratos médios. Além do mais, as transformações ocorridas na família em termos da redução do número médio de filhos e do aumento progressivo das uniões consensuais, que são fatores impulsores da entrada da mulher na força de trabalho, repercutem de forma mais intensa no espaço metropolitano.

Todavia, tanto a base produtiva como o ritmo das transformações verificadas nos padrões sócio-culturais não se apresentam, como é sabido, de forma indiferenciada no espaço metropolitano. A metropolização brasileira reflete, em última instância, as desigualdades regionais geradas por um processo de desenvolvimento calcado na concentração espacial de capital e de força de trabalho. As diferenças intermetropolitanas são dignas de nota em relação à sociedade brasileira, refletindo padrões demográficos e condições sociais, políticas e econômicas distintas que afetam a situação da mulher na reprodução e na produção, bem como a natureza do inter-relacionamento de seus papéis nessas duas esferas.

Daf a opção feita pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife que apresentam ritmos desiguais de desenvolvimento. A seleção dessas áreas partiu da hipótese mais geral desse estudo referente aos efeitos do contexto metropolitano sobre a relação entre o trabalho feminino e a situação familiar da mulher. Parte-se da idéia central de que o inter-relacionamento entre a participação da mulher na força de trabalho e seu ciclo de vida familiar varia em função do grau e da natureza do processo de metropolização e de que o nível de escolaridade da mulher desempenha, por sua vez, um papel decisivo para a compreensão do inter-relacionamento entre aquelas variáveis. Utilizar-se-á,

como unidade de análise, o conjunto das mulheres em idade reprodutiva, já que este segmento da população feminina está mais exposto aos acontecimentos do ciclo de vida (casamento, procriação, etc.) que desestimulam a participação da mulher na força de trabalho.

O conceito de ciclo de vida familiar¹⁶ que se relaciona aos principais eventos que ocorrem ao longo da experiência de vida de uma família e que englobam, entre outros, as fases de constituição da família, nascimento dos filhos, as diversas etapas de crescimento dos filhos, a saída dos filhos do grupo familiar e a morte dos pais, é aqui empregado de modo restrito. Ele refere-se apenas a alguns eventos-chaves que ocorrem na vida de uma mulher e que são tidos como condicionantes de sua participação na atividade econômica, a exemplo do casamento e/ou da maternidade. Para efeito desta pesquisa, o termo ciclo de vida familiar deverá ser operacionalizado, segundo as seguintes variáveis: estado conjugal (solteiras, casadas e outras que inclui as separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas) e presença de filhos.

Por outro lado, o nível de instrução, considerado pela literatura especializada como um dos principais fatores propulsores da participação feminina na força de trabalho, deverá ser empregado como medida da exposição da mulher ao "mundo extradoméstico" ao capacitá-la "a assumir os papéis nas instituições não-familiares da sociedade"¹⁷. O indicador selecionado para mensuração desta variável refere-se aos anos de estudo que, segundo a definição censitária, é investigado através do número, neste caso, das mulheres em idade reprodutiva "que estavam freqüentando ou haviam freqüentado algum curso"¹⁸, sendo as mesmas classificadas de acordo com as categorias: sem instrução, de 1 a 4 anos, de 5 a 8 anos, de 9 a 11 anos, e 12 anos e mais de estudo.

Em linhas gerais, cabe mencionar que o presente estudo é constituído por três blocos de análise. O primeiro deles está referido ao exame da evolução da participação feminina na força de trabalho nos municípios-núcleos das Regiões Metropoli-

¹⁶ Christabel M. Young, v. Bibliografia.—¹⁷ Jeanne C. Ridley, v. Bibliografia.—¹⁸ Censo Demográfico, v. Bibliografia.

tanais de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife no período compreendido entre 1920 a 1980 com vistas a se levantar as principais tendências que caracterizaram o padrão de atividade feminina durante esses anos. A escolha desses municípios como unidade observacional, nesta parte da pesquisa, justifica-se na medida em que eles são os núcleos geradores desses espaços metropolitanos, expressando, assim, a grosso modo, as suas condições sócio-econômicas.

Em seguida, se partirá para a caracterização da População Economicamente Ativa — PEA feminina em idade reprodutiva, segundo a sua composição por estado conjugal e anos de estudo. Esta análise fornecerá os principais elementos para se examinar o inter-relacionamento entre o ciclo de vida familiar e a participação da mulher na força de trabalho. Pretende-se averiguar se o padrão de atividade por estado conjugal e presença de filhos variam em função do nível de escolaridade da mulher. Cabe destacar que o estado conjugal deverá ser também desagregado, segundo as categorias: casadas, solteiras e outras. Esta agregação constituiu-se numa aproximação da condição de ter um companheiro presente (casadas) e de não ter um companheiro (solteiras e outras), revelante para compreensão das características de inserção da mulher na força de trabalho¹⁹.

O terceiro bloco de análise está relacionado à distribuição ocupacional das mulheres em idade reprodutiva, segundo o estado conjugal. O mercado de trabalho é diferenciado para as mulheres que se encontram em fases distintas do seu ciclo de vida familiar²⁰. Em alguns tipos de atividade é clara a preferência pelas mulheres solteiras por parte dos empregadores²¹.

Assim, é de interesse identificar em que grupos ocupacionais se localizam as mulheres com diferentes situações de estado conjugal em 1980. Não foi possível, porém, utilizar uma classificação de ocupações num nível mais desagregado que permitisse identificar determinadas categorias, como as de secretárias, recepcionistas, etc., devido a

problemas de representatividade das informações. Desta forma, tornou-se necessário adotar uma classificação constituída por grandes grupos ocupacionais que foi assim definida: Grupo I — Ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Afins; Grupo II — Proprietários e Administradores; Grupo III — Funções burocráticas ou de escritório; Grupo IV — Ocupações da Agropecuária (Produção Extrativa Vegetal, Mineral e Animal); Grupo V — Ocupações da Indústria (Mecânica, Metalúrgica, Gráfica e Eletrônica, Madeira e Móveis, Fabricação de Papéis, Têxtil, Alimentação e Bebida, Cerâmica e Vidro, Couro, Borracha e Plástico, Fumo e outras ocupações da Indústria); Grupo VI — Ocupações do Comércio; Grupo VII — Ocupações do Transporte e Comunicações; Grupo VIII — Ocupações da Prestação de Serviços; Grupo IX — Ocupações Domésticas Remuneradas; Grupo X — Outras Ocupações e Ocupações mal definidas.

FONTE DE DADOS E LIMITAÇÕES

Para a realização deste estudo, se recorrerá a tabulações especiais da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Serão também utilizados os dados publicados dos Censos Demográficos de 1920, 1950, 1970 e 1980 para os municípios-núcleos dessas áreas metropolitanas.

É de interesse mencionar, ainda que em termos sumários, a forma de captação das atividades econômicas por esses Censos Demográficos, destacando as diferenças existentes entre estas estatísticas quanto à PEA feminina. De modo geral, as diferenças entre as definições censitárias sobre a população economicamente ativa referem-se à forma de mensurá-la, o que remete às questões sobre o que é considerado trabalho, as referências temporais utilizadas para classificar as pessoas na PEA e o conceito de desemprego. A mensuração da atividade

¹⁹Catalina H. Wainerman, Zulma Recchini de Lattes, v. Bibliografia. — ²⁰ Valerie K. Oppenheimer, v. Bibliografia.

²¹ Um anúncio do Jornal do Brasil, de dezesseis de junho de 1981, ilustra esta preferência: "Precisa-se de moça com 2º grau completo, solteira, entre 20 e 25 anos, boa datilógrafa, para serviços gerais de escritório".

econômica da mulher esbarra em uma série de dificuldades de ordem conceitual derivadas da definição do que é considerado como trabalho. "Devido ao modo como o conceito de trabalho é operacionalmente definido, a atividade produtiva da mulher tende a ser invisível aos olhos dos coletores de dados, mesmo quando a mulher ganha renda monetária"²². A subenumeração da mulher nas estatísticas censitárias decorre principalmente de seus padrões particulares de emprego.

O Censo Demográfico de 1920 empregou o conceito de "atividade principal" para investigar a condição de atividade da população. A atividade foi, por sua vez, definida em termos de profissão e não de ocupação como é considerada atualmente. O conceito de "atividade principal" é problemático para classificação das pessoas, como é o caso das mulheres que exercem mais de uma atividade. De acordo com essa definição, uma pessoa pode ser classificada como inativa, mesmo desempenhando uma atividade econômica desde que tal atividade não seja tida como a principal. Outro ponto a ser destacado relaciona-se à ausência de uma referência temporal para a categorização da população, segundo a sua condição de atividade. Ressalte-se, ainda, que o Censo de 1920 apresentou sérios problemas que comprometeram a qualidade de seus dados. A população total foi sobreestimada em cerca de 12%, o que possivelmente afetou as informações sobre a atividade econômica.

O conceito de "atividade principal" foi também empregado no Censo Demográfico de 1950. "Uma vez separado o grupo dos ativos, perguntava-se seu ramo de atividade e categoria ocupacional. Havia perguntas também referentes à ocupação secundária. Embora a mensuração da atividade tenha melhorado com respeito à do Censo anterior, no sentido de se aproximar melhor dos que efetivamente tinham uma ocupação, a ausência de um período de referência para definir-se a condição de atividade pode também ter causado uma sobreestimação do volume da PEA com res-

peito às definições dos censos de população seguintes"²³. No caso da PEA feminina, persistiu o problema da subenumeração que foi ainda mais crucial no contexto rural.

Já o Censo Demográfico de 1970 investigou a atividade habitual da população, considerando-a segundo as categorias de "atividade-inatividade" econômica. A PEA foi categorizada de acordo com as características de ocupação e de desocupação de seus membros, distinguindo-se os ocupados (aqueles que efetivamente trabalham) dos *desocupados* (aqueles que estão em busca de trabalho: tanto os que já trabalharam antes, como aqueles que buscam trabalho pela primeira vez). A população economicamente ativa foi, portanto, definida como "o conjunto de pessoas de 10 anos e mais de idade que trabalharam nos doze meses anteriores ao Censo, mesmo que na semana anterior ao mesmo estivessem desempregados, somadas àquelas que procuravam trabalho pela primeira vez"²⁴. Este Censo, a exemplo do Censo Demográfico de 1960, utilizou um período de referência para a classificação da população na PEA.

A categoria de inatividade englobou, por outro lado, as pessoas que se ocupavam dos afazeres domésticos, os estudantes, os reclusos em instituições de confinamento voluntário, os aposentados e pensionistas e aqueles que viviam de renda.

A forma de coleta da informação sobre a condição de atividade apresentou, porém, dificuldades para a medição da força de trabalho, em especial para o contingente feminino. No Censo Demográfico de 1970, a redação da pergunta para classificar as pessoas nas categorias de ativo e inativo foi feita na negativa ("se não trabalha nem procura trabalho, qual a ocupação que tem e considera principal...") e o ordenamento das alternativas de respostas foi formulado de modo a detectar, inicialmente, as pessoas que se encontravam fora da força de trabalho (afazeres domésticos, estudantes, etc.) e, em seguida, aqueles que se dedicavam a alguma atividade econômica²⁵. Tal procedimento pode induzir as mulheres a optarem pela categoria de inatividade econômica, o

²² Marianne Schimink, v. Bibliografia. — ²³ Maria Helena F. da Trindade Henriques, v. Bibliografia. — ²⁴ Maria Helena F. da Trindade Henriques, v. Bibliografia. — ²⁵ Catalina H. Wainerman, Zulma Recchini de Lattes, v. Bibliografia.

que resulta em sua subenumeração na PEA. Schimink²⁶ observa que "a categoria afazeres domésticos freqüentemente esconde mulheres que têm atividades remuneradas dentro do domicílio".

Além do mais, não se pode esquecer que é marcante a presença feminina nas formas de subemprego visível ou invisível, de significado particular nos países não desenvolvidos e que não são captadas de modo satisfatório via estatísticas censitárias.

Embora persistam as dificuldades de ordem conceitual para medição da força de trabalho feminina, foram introduzidas algumas modificações no Censo Demográfico de 1980 com vistas ao aperfeiçoamento da forma de coleta da informação sobre a condição de atividade da população. No que se concerne à força de trabalho feminina, as modificações dizem respeito sobretudo à instrução já contida na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar — PNAD, para a inclusão dos indivíduos nas categorias de atividade-inatividade econômica e a alteração na forma de classificá-los, segundo a sua condição de atividade.

A instrução para incluir os indivíduos nas categorias de atividade e inatividade econômica foi no sentido de considerar como economicamente inativas somente as mulheres que declararam dedicar-se apenas aos afazeres domésticos. Por outro lado, o quesito destinado a classificar os informantes quanto à condição de atividade foi formulado na afirmativa (trabalhou nos últimos 12 meses?) ao contrário do Censo anterior, sendo as alternativas de respostas ordenadas, inicialmente, segundo as categorias de atividade econômica, vindo em seguida as correspondentes à situação de inatividade (trabalhou; procurando trabalho (desagregado em; já trabalhou e nunca trabalhou; aposentado ou pensionista; vive de renda; detento; estudante; doente ou inválido, afazeres domésticos e sem ocupação)²⁷.

Em suma, tais mudanças podem ser consideradas como um primeiro passo para o aprimoramento da mensuração da força de trabalho feminina, ao evitar, em parte, a sua subenumeração, a exemplo dos Censos Demográficos anteriores.

AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO EMPREGO FEMININO

O quadro espacial de análise

Para o exame da evolução da participação feminina na atividade econômica nos municípios-núcleos das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, torna-se necessário ter presente alguns dos principais traços que definiram o histórico do desenvolvimento destas áreas. O nível e o tipo de participação da mulher na população economicamente ativa, bem como as mudanças processadas ao longo dos anos de 1920 a 1980, guardam estreita relação com os ritmos desiguais de crescimento experimentados por estes municípios durante o processo de desenvolvimento capitalista levado a efeito na sociedade brasileira. O caráter "dependente" da economia nacional, que sempre integrou a "periferia" de um sistema capitalista internacional, pode ser considerado como a característica mais geral deste processo.

Em sua fase colonial, a economia brasileira caracterizou-se por ser uma economia do tipo agrário-exportadora, que dependia, essencialmente, do comércio internacional, o que perdurou até 1930. A atividade econômica durante esta etapa processou-se de forma compartimentada em algumas áreas que mantinham vínculos diretos com os países centrais. Assim aparece como um dos traços marcantes desta fase a ausência de uma divisão inter-regional do trabalho em relação ao País. De início, a economia de exportação situou-se, embora não exclusivamente, no Nordeste (ciclo da cana-de-açúcar), deslocando-se para Minas Gerais (ciclo do ouro) e, em seguida, para o Rio de Janeiro e São Paulo, na época do plantio de café. A compartimentação da economia brasileira persistiu até o avanço da industrialização que foi se desenvolvendo em torno do eixo Rio-São Paulo e que acabou se transformando no centro dinâmico do mercado nacional em gestação.

²⁶ Marianne Schimink, v. Bibliografia. — ²⁷ André Cezar Medici, v. Bibliografia.

A atividade industrial teve origem inicialmente nos núcleos urbanos que apresentaram condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento, sobressaindo-se, de modo particular, a extensão do mercado local. Singer ressalta que "é claro que outras considerações, como a maior proximidade das fontes de matéria-prima, facilidade de contato com os Poderes Públicos, etc., também influíram, porém a disponibilidade de mercado era decisiva devido à compartimentação apresentada pela economia do País. Não havendo mercado nacional nem possibilidades de atingir o mercado externo, a capacidade de crescimento de cada estabelecimento industrial estava condicionada pela extensão do mercado local"²⁸. Assim, o virtual potencial de industrialização destas cidades era dado pelo tamanho do seu mercado local. Isto explica a posição mais tarde alcançada pelas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e, posteriormente, por esta última no cenário nacional, uma vez que elas puderam contar com um significativo mercado local e regional, propiciado pela expansão cafeeira. Em inícios deste século, estas duas cidades eram responsáveis pela metade da produção do País, enquanto que Porto Alegre e, em especial, Recife já tinham as suas indústrias orientadas para o mercado do Rio e de São Paulo²⁹.

Vale lembrar que em finais do século passado uma série de fatores ligados à conjuntura nacional da época favoreceu a implantação de núcleos industriais em várias cidades do País a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife, entre outras. Singer aponta, como fatores propulsores deste surto industrial, a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, que criou as condições para a criação de um mercado de trabalho "livre", o estímulo à política de substituição de importações e a mobilização dos recursos necessários via política financeira e creditícia. Neste período, Recife, por exemplo, experimentou a expansão de suas atividades industriais passando a apresentar um parque industrial relativamente diversificado.

Além destes fatores conjunturais, Recife pôde contar, ainda, com outras condições que possibilitaram o crescimento de sua

indústria, como as mudanças processadas na produção do açúcar "com a substituição do engenho pela usina" e a existência de uma rede bancária na cidade. O crescimento da indústria do açúcar provocou um intenso deslocamento de mão-de-obra e a transformação de grandes áreas da agricultura, antes voltadas para a atividade de subsistência para o Setor de Mercado Externo e, depois, para o Setor de Mercado Interno, a partir da venda do açúcar para o mercado nacional³⁰. "A revolução industrial do açúcar ajudou a construir o mercado de trabalho sobre o qual se fundamentou a indústria urbana ao "liberar" (no duplo sentido de privar dos meios de produção e livrar das peias das relações pré-capitalistas) os trabalhadores até então integrados no setor de subsistência da economia"³¹.

O desenvolvimento posterior da industrialização de Recife foi, entretanto, dificultado pela ausência de um mercado interno capaz de assegurar o seu crescimento. A formação deste mercado interno não se concretizou devido, entre outros fatores, à pouca geração de emprego pela indústria açucareira que se modernizou via a substituição de mão-de-obra pela máquina. Além do mais, a ampliação da área agrícola, para a atividade de exportação, acabou por expulsar o contingente de trabalhadores que se dedicava à economia de subsistência e que se viu obrigado a engrossar a massa dos desempregados nas zonas urbanas.

O baixo percentual de pessoas que integrava a economia de mercado na época também constituiu-se em mais um dos fatores que impediram a formação de um mercado local que servisse de base à industrialização. A inexistência de um mercado urbano de proporções razoáveis para os produtos agrícolas impediu que a agricultura nordestina fosse incorporada ao Setor de Mercado Interno, mantendo-a, com exceção da cana e do algodão, vinculada à economia de subsistência. Vale salientar que a atividade de subsistência continuou a ser desenvolvida na Zona do Agreste Nordeste, sendo que a substituição das lavouras de subsistência pela agricultura de exportação só se processou na Zona da Mata desta região.

²⁸ Paul I. Singer, v. Bibliografia. — ²⁹ Paul I. Singer, v. Bibliografia. — ³⁰ Paul I. Singer, v. Bibliografia. — ³¹ Paul I. Singer, v. Bibliografia, p. 60.

Acrescente-se, ainda, que a renda gerada na indústria açucareira era bastante concentrada. Singer observa que a elite local tinha pautas de consumo sofisticadas, que eram supridas por produtos oriundos de outras áreas ou mesmo pelo exterior, ao mesmo tempo em que os investimentos de capital eram, por sua vez, feitos fora do Estado, em áreas mais desenvolvidas e no exterior. Daí os obstáculos locais para a constituição de um mercado local e regional que propiciasse a expansão industrial. "A conjunção de mudanças na economia nacional e regional explica o surto inicial de industrialização em Recife nas últimas décadas do século passado. Os fatores "nacionais" que favorecem a industrialização se mantiveram no período seguinte, porém não as condições "locais e regionais". É a economia regional que tem a ação decisiva sobre o processo, o que é compreensível, pois estamos examinando um período em que a "economia nacional" designava menos uma realidade única do que um aglomerado heterogêneo de realidades parciais, frouxamente ligadas pela unidade política do todo"³².

A indústria de Recife foi sendo gradativamente suplantada pela do eixo Rio-São Paulo, no qual as condições locais e regionais se mostraram mais satisfatórias. Apesar disto, a cidade de Recife continuou experimentando taxas expressivas de crescimento demográfico que foram resultantes muito mais de fatores alheios à sua economia do que propriamente devido à expansão de sua estrutura econômica. A desintegração do complexo rural nordestino, que provocou o deslocamento de camadas populacionais das áreas rurais e de centros urbanos menores para Recife, bem como os efeitos negativos da posterior concentração da industrialização no Centro-sul do País, para a economia da região, acabaram por gerar uma situação de marginalização crescente de segmentos da população na cidade de Recife. Recife cresceu apesar da fragilidade de sua economia, constituindo-se, na década de 70, no núcleo de um complexo metropolitano que abriga vários municípios e que tem ainda hoje na industrialização a saída para a resolução de sua problemática econômica.

A Cidade de Porto Alegre, a exemplo de

Recife, também participou do surto de industrialização verificado no País no final do século passado. Nesta época, o parque industrial de Porto Alegre já apresentava uma diversificação maior do que a de outras áreas que detinham a supremacia industrial do Estado, como Pelotas e Rio Grande, o que pode ser creditado à existência de um mercado expressivo formado em função da economia agrícola da zona de colonização. "A evolução de Porto Alegre, na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do atual, é dominada pelas consequências da colonização alemã, não somente devido ao intercâmbio comercial com as colônias, mas porque o capital que nelas se acumula acaba sendo, em boa parte, investido em indústria e em empreendimentos comerciais de maior fôlego, cuja sede só pode ser Porto Alegre"³³. Portanto, o desenvolvimento de Porto Alegre dependeu, em grande medida, de sua ligação com as áreas de colonização européia, que através da expansão de sua economia agrícola comercial criaram as condições para o crescimento das atividades comerciais e industriais da cidade.

A produção industrial do Estado do Rio Grande do Sul ocupava o terceiro lugar em termos da produção da indústria nacional em 1907, dirigindo-se, principalmente, para o mercado formado pela zona de colonização e, em parte, para o mercado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ressalte-se que nesta fase iniciou-se a gradativa substituição dos produtos importados por aqueles oriundos da indústria local e que visava, em essência, atender às necessidades de consumo da população. Nesta primeira etapa de industrialização, o processo de substituição de importações se processou naqueles ramos industriais que utilizavam uma tecnologia mais simples e nos quais os efeitos da economia de escala eram mais reduzidos.

As repercussões da concentração industrial no eixo Rio-São Paulo se fazem sentir na Cidade de Porto Alegre a partir de 1920 e, sobretudo, após 1930. Mesmo mantendo a hegemonia industrial do Estado, Porto Alegre não conseguiu expandir as suas ati-

³² Paul I. Singer, v. Bibliografia, p. 53. — ³³ Paul I. Singer, v. Bibliografia.

vidades industriais com o mesmo vigor que marcou o seu período inicial de industrialização. A Cidade de Porto Alegre, a exemplo dos demais núcleos urbanos, como Recife, que participaram do primeiro surto de industrialização, foi progressivamente relegada a um segundo plano no cenário industrial do País, nas etapas subseqüentes que presidiram a expansão deste processo ao nível da sociedade brasileira. As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (e mais tarde esta última) lograram maior êxito em seu projeto industrial.

A partir de 1920, Porto Alegre passou a liderar a industrialização do Estado que foi se desenvolvendo num ritmo de crescimento bastante expressivo, muito embora com menor intensidade do que o da indústria nacional. Na década de 30, a industrialização brasileira já tinha entrado em sua segunda fase constitutiva referente à substituição de produtos importados por produtos da indústria nacional que não só demandavam uma tecnologia mais complexa como também eram mais sensíveis aos efeitos da economia de escala. Esta fase trouxe conseqüências negativas para a indústria gaúcha, pois a substituição de importações processou-se preferencialmente via produtos industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro em detrimento dos artigos industrializados no Estado. Assim, a indústria gaúcha, embora com uma base mais sólida do que a do Nordeste, foi perdendo terreno para o núcleo industrial formado pelo Rio e São Paulo que reunia maiores condições para o desenvolvimento deste segundo estágio do processo de industrialização. "A estrutura industrial se altera com o surgimento de novos ramos (material de transporte, material elétrico e de comunicações) que já surgem concentrados aumentando a disparidade entre o centro (São Paulo e Rio) e a periferia industrial do País"³⁴.

Apesar da diminuição do ritmo de crescimento industrial, Porto Alegre experimentou a expansão de sua função comercial, transformando-se no principal centro econômico estadual. Porto Alegre, juntamente com os municípios circunvizinhos, como Guaíba, Canoas, Esteio, etc., que mais tarde passaram a formar a Grande Por-

to Alegre, continuou a liderar a industrialização do Rio Grande do Sul. Cabe lembrar que foi através da atividade industrial que se iniciou o processo de unificação da economia do Estado, que, desde os primórdios se caracterizou por apresentar no sul grandes latifúndios voltados para a pecuária, e no norte a pequena propriedade destinada à agricultura. Esta dicotomia, que se constituiu no traço característico da economia rio-grandense, vai, entretanto, sendo superada pelo desenvolvimento da indústria na Grande Porto Alegre que depende, porém de modo estreito, do setor primário da economia do Estado para a sua evolução futura.

O melhor desempenho industrial alcançado pelas cidades do Rio de Janeiro e em especial São Paulo encontra, sem dúvida, explicação na disponibilidade para estes núcleos urbanos de um mercado local e regional mais amplo resultante, conforme já mencionado anteriormente, da expansão cafeeira. Assim, seria de interesse, ainda que de forma sumária, historiar as principais transformações geradas pela expansão do café que, em última instância, possibilitaram a constituição do mercado que serviu de base para a industrialização.

O deslocamento das plantações de café para o Vale do Paraíba, que se transformou na principal área de cultivo deste produto, provocou profundas alterações na estrutura sócio-econômica da Cidade do Rio de Janeiro. Ela passou a ser escoadouro natural da produção cafeeira, centralizando, por sua vez, toda a atividade comercial gerada pela exploração deste produto, que abrangia não só as áreas fluminenses como também a Zona da Mata Mineira e o nordeste de São Paulo³⁵.

Em vista disto, ocorreram mudanças significativas no sistema de transportes, com a construção de ferrovias que passaram a se constituir em elos de ligação entre as áreas produtoras e aquelas responsáveis pela exportação da produção destinada ao mercado internacional, principalmente o norte-americano. Por outro lado, verificou-se também o estabelecimento de um sistema bancário moderno que visava atender às necessidades criadas pela ampliação da

³⁴ Paul I. Singer, v. Bibliografia. — ³⁵ Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, v. Bibliografia.

função comercial da cidade. O desenvolvimento da economia cafeeira criou, portanto, as condições que viabilizaram o crescimento experimentado pela Cidade do Rio de Janeiro.

A extinção do tráfico negreiro, em meados do Século XIX, possibilitou a liberação de parte dos capitais, antes empregados na compra de escravos, para o setor secundário da economia, beneficiando, assim, em especial, o núcleo urbano do Rio de Janeiro, onde se concentraram as principais atividades industriais do Estado. Mas a expansão destas atividades, juntamente com aquelas vinculadas ao setor terciário, ganhou maior intensidade a partir da abolição da escravatura.

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado gerou mudanças substanciais na vida econômica do Estado, já que a sua economia cafeeira se assentava no sistema escravista. Além do mais, o esgotamento do solo, ocorrido durante esta época, em parte da lavoura cafeeira da área de influência do Rio de Janeiro, também afetou a economia do Estado. A colheita do café restringiu-se consideravelmente e a economia cafeeira da Província, ao contrário do que se verificava em São Paulo, entrou numa fase de declínio progressivo e irreversível. Lobo³⁶ ressalta que "com o gradual declínio da cafeicultura da Província do Rio de Janeiro a economia se modificou pela realocação de recursos de capital e de mão-de-obra. Daí a ampliação e a diversificação de atividades vinculadas ao setor secundário e ao terciário".

A Capital do País era a maior cidade brasileira no final do século passado, apresentando uma estrutura social muito mais diversificada do que a das demais cidades na época. Fausto³⁷ ressalta a existência de camadas médias, formadas por profissionais liberais, militares e burocratas que tinham como traço comum a sua não identificação com os interesses da burguesia, ao mesmo tempo em que emergiam os trabalhadores vinculados aos serviços como os ferroviários, marítimos, etc. Por outro lado, era também de grande vulto o volume de população desocupada ou absorvida pelas diver-

sas formas de subemprego. O Rio de Janeiro, devido a sua posição de Capital da República, atraiu um número considerável de migrantes internos, o que acarretou a formação de contingentes populacionais que excediam às escassas necessidades dos setores industrial e de serviços. Vale acrescentar que foi também significativo o volume de ex-escravos que se dirigiram a esta cidade após a crise da região fluminense.

Já em meados do Século XIX, o Rio de Janeiro reunia as atividades fabris mais relevantes da época, como as indústrias de chapéus, produtos químicos, fundições, calçados, etc., constituindo-se no principal núcleo industrial do País, posição esta suplantada por São Paulo a partir de 1920, aproximadamente³⁸. O antigo município neutro concentrava 57% da produção industrial do Brasil até 1889, o que resultou entre outros fatores da acumulação de capitais oriundos da atividade agrícola e das transações comerciais com o mercado externo. O Rio de Janeiro dispunha de um mercado de consumo considerável que abarcava não apenas a cidade como a região coberta pelo sistema ferroviário implantado em função da cafeicultura. Além do mais, o fato de ser a Capital do Governo foi também um fator importante, pois a atividade industrial pôde recorrer ao financiamento de bancos de grande porte que aí tinham as suas sedes.

O papel de destaque do Rio de Janeiro no panorama industrial do País não se manteve, pois, como afirma Cano, "o não surgimento de uma economia cafeeira de tipo capitalista impediu que se constituísse uma das fontes básicas da acumulação industrial, ao mesmo tempo a crise da região fluminense redundaria em um encolhimento do mercado de consumo, agravado com a perda progressiva do mercado paulista"³⁹. A estagnação da economia cafeeira do vale do Paraíba e em certa medida de Minas Gerais provocou um declínio da atividade industrial do Rio de Janeiro. Os investimentos na economia cafeeira se reduziram consideravelmente, pois, ao contrário do ocorrido em São Paulo, não se podia contar com uma fronteira de grande porte em expansão. O

³⁶ Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, v. Bibliografia. — ³⁷ Boris Fausto, v. Bibliografia. — ³⁸ Wilson Cano, v. Bibliografia.
³⁹ Wilson Cano, v. Bibliografia.

fato de a produção cafeeira na região fluminense ter-se baseado no trabalho escravo até a Abolição reduziu o potencial de crescimento do mercado local.

Assim, a partir da decadência da economia cafeeira e da falta de outras atividades agrícolas alternativas, a economia da Cidade do Rio de Janeiro teve que passar por uma modificação substancial, transformando-se, progressivamente, num centro "dependente de atividades prestadoras de serviços, onde merece destaque especial o governo, advindo daí, portanto, um sério freio à acumulação de capital para a expansão industrial"⁴⁰.

A Cidade de São Paulo foi pouco a pouco ocupando o lugar que pertencia ao Rio de Janeiro no panorama nacional, transformando-se, a partir de 1920, no principal centro industrial do País. Vários fatores contribuíram para que São Paulo assumisse esta posição privilegiada ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro. A localização geográfica foi um deles, pois São Paulo possuía uma área de influência que ultrapassava os limites do Estado e se constituía na maior parte do mercado interno brasileiro indispensável ao projeto industrial.

Já em finais do Século XVIII, a produção de açúcar no interior do Estado propiciou a expansão da função comercial da Cidade de São Paulo que vai experimentando, mesmo antes do *boom* cafeeiro, um razoável crescimento em suas atividades econômicas. Para tanto, concorreu de forma expressiva a localização geográfica da cidade e, mais tarde, a sua elevação à Capital da Província, em 1822.

Mas foi sobretudo depois da expansão cafeeira que a cidade paulista apresentou um ritmo mais intenso de crescimento. Fausto⁴¹ mostra que a taxa geométrica anual de crescimento da Cidade de São Paulo foi da ordem de 8% entre 1886 e 1900. Os níveis mais altos de crescimento se verificaram, contudo, entre 1890 e 1900, anos nos quais os habitantes da Cidade de São Paulo passaram de 64.934 mil para 239.820 mil, alcançando uma taxa geométrica de crescimento de 14% ao ano. Outro dado, que expressa a intensidade do

crescimento experimentado pela cidade paulistana durante este período, diz respeito ao fato de que enquanto em 1890 São Paulo ocupava o quinto lugar em termos de volume populacional entre as cidades brasileiras, sendo superada pelo Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, em 1900 São Paulo já era a segunda cidade do País.

"Entre 1890 e 1900, graças ao deslocamento territorial da cafeicultura, o mercado interno potencial para a indústria passa a se localizar em proporção cada vez maior na zona tributária de São Paulo"⁴². Tal fato relaciona-se não apenas com o crescimento da população verificado neste período, mas com a capacidade aquisitiva monetária que foi também mais expressiva em São Paulo do que no Rio de Janeiro depois dos anos de 1890. O impulso para o processo de substituição de importações se deu, por outro lado, com maior vigor "na área tributária de São Paulo do que na do Rio de Janeiro, continuando esta última em sua maior parte na economia de subsistência com menor capacidade de absorção de produtos industriais produzidos como mercadorias"⁴³.

O deslocamento da economia cafeeira para o Estado de São Paulo, que possuía as condições mais propícias para a sua expansão, foi, sem dúvida, o fator decisivo para a industrialização paulista. A economia cafeeira tornou possível a formação dos mercados de capitais e de trabalho cruciais para o desenvolvimento industrial da cidade, bem como proporcionou também o incremento de suas atividades comerciais, das taxas de crescimento populacional, além de, por outro lado, possibilitar a melhoria dos serviços urbanos, em particular os de energia elétrica, de grande importância para a industrialização. O desenvolvimento da indústria na Cidade de São Paulo guardou estreita associação com a empresa cafeeira, principalmente a partir das modificações levadas a efeito em função da extinção do tráfico negreiro e sobretudo da abolição da escravatura⁴⁴.

A abolição do tráfico, ao provocar o aumento do preço dos escravos oriundos do Nordeste, fez com que a mão-de-obra escrava fosse alocada de modo preferencial

⁴⁰ Wilson Cano, v. Bibliografia. — ⁴¹ Boris Fausto, v. Bibliografia. — ⁴² Paul I. Singer, v. Bibliografia, p. 82.

⁴³ Paul I. Singer, v. Bibliografia, p. 85. — ⁴⁴ Paul I. Singer, v. Bibliografia.

naş atividades mercantis, ao mesmo tempo em que ocorria a substituição de parte desta mão-de-obra pela máquina principalmente na área de beneficiamento do café. "Em meados do século passado, já se processava a entrada de mão-de-obra livre do Nordeste para São Paulo, o que possibilitou a ampliação do mercado. Mas, foi com a abolição dos escravos e com o conseqüente crescimento da migração estrangeira que ocorreram as principais transformações. O papel desempenhado por estes migrantes no primeiro surto de industrialização foi crucial sob vários aspectos: pela ampliação do mercado de trabalho e de consumo; pela preferência de investir a poupança no setor comercial e industrial tendo-se em conta as dificuldades impostas ao acesso à propriedade da terra; pelo impulso dado ao crescimento da Cidade de São Paulo"⁴⁵.

A vinda dos primeiros imigrantes data de 1840, quando o Senador Vergueiro contratou famílias de portugueses para trabalharem em sua fazenda de café no interior do estado. Esta experiência não foi, no entanto, bem sucedida. A recorrência à mão-de-obra estrangeira só se consolidou depois da abolição do tráfico negreiro e da expansão da lavoura cafeeira⁴⁶. Após a Abolição tornou-se necessária a utilização da mão-de-obra livre estrangeira com vistas a solucionar o problema de força de trabalho na atividade agrícola cafeeira. Os fazendeiros de café, devido à imigração estrangeira quase sempre subvencionada pelo Governo, puderam contar com um volume de mão-de-obra que excedia, muitas das vezes, as suas reais necessidades. Tal fato pode ser ilustrado pelo depoimento do Secretário de Agricultura em 1847, que afirmava que apesar de haver "excesso" de trabalhadores no Estado, o Governo pretendia ainda importar "cerca de mil imigrantes..."⁴⁷. Tudo leva a crer que contingentes substanciais desta população excedente se deslocaram para os núcleos urbanos do Estado e, de modo preferencial, para a Cidade de São Paulo, principalmente nos períodos de crise da lavoura cafeeira. A dificuldade de acesso à terra atuava no sentido de impulsionar os

imigrantes para a cidade, onde eram maiores as suas oportunidades de trabalho.

Assim, a Cidade de São Paulo, mesmo antes da industrialização, já podia contar com um excedente de mão-de-obra que seria mais tarde de fundamental importância para a emergência do projeto industrial. A expansão cafeeira foi, portanto, um elemento crucial para a geração da força de trabalho urbana, pois, "ao promover a expansão de um fluxo imigratório que excedia suas próprias necessidades, proporcionava um excedente de trabalhadores às cidades. Na crise não restava qualquer alternativa aos trabalhadores do café senão a de emigrar para os núcleos urbanos, pois os outros complexos exportadores eram incapazes de absorvê-los"⁴⁸.

Por outro lado, parte dos trabalhadores, que conseguiram adquirir algum pecúlio durante as fases de prosperidade da empresa cafeeira, também encontraram na Cidade de São Paulo a oportunidade de se tornarem pequenos comerciantes ou pequenos industriais⁴⁹. Portanto, a imigração estrangeira contribuiu, em grande medida, para o rápido processo de crescimento experimentado por esta cidade em finais do Século XIX. Tal processo criou, por sua vez, as condições para o incremento do pequeno comércio, das camadas médias formadas por profissionais liberais e burocratas e dos primeiros agrupamentos operários. Ressalte-se que a composição das camadas médias da população paulistana era distinta da encontrada no Rio de Janeiro. Os seus integrantes de origem estrangeira estavam comprometidos com o projeto individual de ascensão social, enquanto que os elementos que pertenciam à "antiga" classe média dependiam tanto em termos econômicos como culturais da burguesia cafeeira⁵⁰.

Em linhas gerais, a industrialização de São Paulo foi propiciada por uma série de condições que não eram encontradas nas outras áreas urbanas do País e que estavam basicamente relacionadas a "sua hegemonia na produção de café e a uma política econômica governamental que tendia a acelerar a acumulação de capital no setor ca-

⁴⁵ Boris Fausto, v. Bibliografia. —

⁴⁶ Wilson Cano, v. Bibliografia. —

⁴⁷ Brasília Sallum junior, v. Bibliografia. —

⁴⁹ Boris Fausto, v. Bibliografia. —

⁴⁷ Boris Fausto, v. Bibliografia.

⁶⁰ Boris Fausto, v. Bibliografia.

feiro"⁵¹. Vale acrescentar que a economia cafeeira paulista, assim como as outras atividades agrícolas e aquelas de caráter urbano, fundamentava-se em relações de produção tipicamente capitalistas, o que não ocorria com igual vigor nas demais regiões brasileiras. Isto concorreu para o estabelecimento de um mercado de consumo para os produtos manufaturados cuja dimensão excedia aos de outros núcleos urbanos.

A expansão progressiva deste mercado, juntamente com outras condições, — como a existência de economias de escala e de aglomerações e de serviços diversos —, além da já mencionada existência de um estoque de mão-de-obra constituído não só por contingentes não qualificados mas, sobretudo, por trabalhadores qualificados, foram alguns dos fatores que favoreceram a dinamização e a concentração da atividade industrial em São Paulo. Cano aponta, ainda, como fator propulsor da industrialização paulista, o custo mais baixo da mão-de-obra industrial quando comparado com o de outras regiões do País. Isto tinha a ver, como é sabido, com o excedente de mão-de-obra ali existente tanto pela migração estrangeira como pelo posterior aumento da migração interna, em particular do Nordeste. A participação mais intensa da mão-de-obra feminina na indústria em São Paulo, mormente na indústria têxtil, também contribuiu para o rebaixamento do custo da força de trabalho engajada neste setor. Deve ser lembrado, ainda, que o montante de investimentos aplicado na indústria paulista foi seguramente mais alto do que nas outras áreas do País⁵².

A conjugação destes fatores foi, sem dúvida, responsável pela crescente expansão da indústria paulista que foi se afirmando no cenário nacional a despeito do fato de que, no início deste século, a sua participação na produção industrial total era muito inferior à apresentada no Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal) e um pouco mais reduzida do que a de Porto Alegre e Recife. A título de exemplo, pode-se mencionar que o Rio de Janeiro detinha 1/3 da produção da indústria nacional em 1907. Mas entre 1920 e 1938 São Paulo trans-

formou-se, de forma inquestionável, no maior centro industrial do País.

Nos anos 20 deste século, a produção industrial de São Paulo começou a alcançar os mercados de outras partes do território nacional, desestimulando, em decorrência, a expansão desta atividade fora do "pólo dinâmico" da economia. O processo de integração nacional sob a hegemonia de São Paulo se iniciou nesta época impulsionado principalmente pelo crescente incremento do comércio inter-regional no período de 1920 e 1930. As trocas comerciais que se estabeleceram entre São Paulo e as demais regiões brasileiras revelaram, segundo Cano, "claramente uma relação estrutural típica de centro-periferia"⁵³, pois aquele Estado exportava produtos manufaturados e importava matérias-primas e alimentos destas regiões.

Não se pode esquecer que a expansão da industrialização brasileira durante este período foi viabilizada por fatores ligados à conjuntura internacional, como a Grande Depressão que possibilitou o corte temporário entre a economia nacional e o sistema capitalista internacional⁵⁴. Oliveira observa que, enquanto nos países centrais a recessão atingiu os setores industriais, no Brasil, em contrapartida, a indústria apresentou um crescimento de 11% ao ano entre 1933 e 1938. A impossibilidade de importação de bens de capital e de bens de produção criou as condições para a expansão industrial no País nesta época.

Esta expansão provocou, por sua vez, a aceleração da concentração industrial de São Paulo, que foi gradativamente aumentando a sua participação na produção industrial brasileira em detrimento das demais áreas do País. "É o início do período de maior intensificação do desenvolvimento do País com São Paulo cada vez mais no centro do processo. Durante a II Grande Guerra o Brasil se torna pela primeira vez exportador em escala significativa de bens industriais (tecidos), o que vai acarretando notável expansão da indústria de fiação e tecelagem"⁵⁵. Até 1940 a indústria paulista caracterizou-se pela produção de bens de consumo não-duráveis, muito embora date

⁵¹ Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, v. Bibliografia. —

⁵² Wilson Cano, v. Bibliografia.

⁵³ Wilson Cano, v. Bibliografia. — ⁵⁴ Francisco Oliveira, v. Bibliografia. —

⁵⁵ Paul I. Singer, v. Bibliografia.

deste período as primeiras tentativas de implantação dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis que irão se desenvolver nas décadas seguintes.

Nas décadas de 50 e 60 passou a ocorrer mudança no parque industrial de São Paulo com a implantação do setor de bens de consumo duráveis e a progressiva instalação dos ramos destinados à produção de bens de produção, a exemplo das indústrias de material elétrico, de material de transporte e de comunicações, entre outras. No início da década de 50 o Estado brasileiro, visando criar condições para a expansão mais integrada do setor industrial, estimulou o desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de capital. Esta tentativa não logrou, contudo, sucesso nesta etapa, só sendo retomada mais tarde a partir do Plano de Metas formulado no governo de Juscelino Kubitschek que, de fato, forneceu as bases para a modificação do parque industrial brasileiro.

Este plano objetivava, grosso modo, a mudança qualitativa da economia via implantação das indústrias produtoras de bens de capital, a expansão ou instalação das indústrias intermediárias básicas e o desenvolvimento dos setores de energia e de transportes. A implantação do Plano de Metas tornou possível o estabelecimento de uma estrutura industrial integrada baseada no predomínio do setor de bens de consumo duráveis e na instalação do setor de bens de produção que veio a se afirmar posteriormente na década de 70. "A estratégia de desenvolvimento industrial proposta e seguida pelo governo Kubitschek induziu a instalação de setores modernos e dinâmicos que operavam em escala nacional especialmente nos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital e que tendiam naturalmente a se localizarem em São Paulo devido à maior dimensão de seu mercado de consumo final, à presença da maior parte da indústria nacional já existente e às outras vantagens mencionadas..."⁵⁶. A intensificação da industrialização ocorrida neste período trouxe como consequência o aumento da concentração industrial na área mais desenvolvida, principalmente na atual Região Metropolitana de São Paulo, ao mesmo

tempo em que as regiões periféricas tiveram o seu processo de desenvolvimento prejudicado não apenas pela evasão de recursos econômicos e de população como, também, pela diminuição do seu potencial de crescimento, o que afetou sobretudo o Nordeste.

Portanto, esta fase de industrialização brasileira teve como beneficiários maiores a Região Sudeste e mais precisamente a Região Metropolitana de São Paulo, ocasionando, por sua vez, profundas modificações no panorama econômico do País. Em linhas gerais, estas mudanças se traduzem na consolidação do processo de integração do mercado nacional iniciado nos anos pós-1930. A integração das economias regionais ao mercado nacional significou, de fato, a submissão do Sul e, em maior grau, do Nordeste à hegemonia do Sudeste.

Assim, a industrialização do Sudeste acabou provocando a redefinição das relações entre as várias regiões do País. O Sudeste, de um lado, como núcleo industrializado e as demais regiões, de outro, como áreas exportadoras de produtos agrícolas e de mão-de-obra. Oliveira afirma que "o processo de redivisão inter-regional do trabalho é o da substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional. Isto significa que é o crescimento industrial da Região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do País"⁵⁷. A redivisão do trabalho no espaço nacional entre uma região industrializada, na qual coube a São Paulo o lugar hegemônico, e as regiões periféricas acarretou, em decorrência, a ampliação dos desníveis regionais.

O Sudeste passou de forma definitiva a imprimir o ritmo de crescimento às demais regiões do País, o que contribuiu para a acentuação das disparidades regionais ao longo do tempo. Entre os anos de 1960 e 1970 a distância entre São Paulo e o Nordeste aumentou a despeito dos investimentos estatais aplicados no Nordeste com vistas à criação de uma infra-estrutura econômica e social e à implantação ou modernização das atividades ligadas ao setor industrial.

⁵⁶ Carlos Lessa, v. Bibliografia. — ⁵⁷ Francisco Oliveira, v. Bibliografia.

A concentração do parque industrial, em particular da indústria pesada, no Sudeste e especialmente nas áreas que passaram a constituir os complexos metropolitanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte é um traço característico do quadro atual da economia nacional. A estrutura industrial das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro apresenta uma diversificação muito maior, concentrando, por sua vez, as indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Em 1970 a Região Metropolitana de São Paulo detinha a cerca de 34% e, em conjunto com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mais de 45% do emprego industrial do País⁵⁸. Vale, todavia, fazer menção à tendência de desconcentração das atividades industriais observada a partir dos anos 70. Esta "desconcentração, contudo, se faz bastante limitada e favorece na sua maior parcela a Região Sul e, em segundo plano, o Nordeste"⁵⁹.

Em suma, o avanço da expansão capitalista na sociedade brasileira trouxe como consequência a intensificação dos desequilíbrios regionais, que embora estejam presentes nos países que passam por um processo acelerado de industrialização, assumiram um caráter mais acentuado no caso brasileiro. Fica evidenciada a diferenciação nos ritmos de desenvolvimento dos municípios núcleos das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife que é, em última instância, resultante de seu posicionamento no contexto regional do País. Grosso modo, as metrópoles nacionais de São Paulo e do Rio de Janeiro exercem o papel de comando, mormente São Paulo, na vida econômica do País. E, num outro patamar, situam-se as metrópoles regionais de Porto Alegre e Recife que guardam, porém, consideráveis diferenças entre si. Estas diferenças têm a ver com as condições sócio-econômicas mais favoráveis apresentadas pela Região Sul no âmbito das regiões periféricas, o que inclusive permite considerá-la, mais recentemente, como parte integrante do "Brasil desen-

volvido"⁶⁰. Em contrapartida, a Cidade de Recife expressa, por sua vez, a situação mais desvantajosa do Nordeste que, até nossos dias, encontra sérios obstáculos para o seu desenvolvimento.

Cumprir assinalar que é a partir deste quadro mais geral, no qual se procurou traçar, ainda que em termos sumários, o histórico de desenvolvimento de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, que deve se buscar o referencial para a análise do tópico seguinte desta pesquisa que diz respeito aos padrões de evolução do emprego feminino nestas cidades ao longo do período de 1920 e 1980.

O emprego feminino nas metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife: 1920-1980

Esta parte da pesquisa objetiva apresentar algumas indicações sobre a evolução da estrutura do emprego feminino nas metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife entre os anos de 1920 e 1980. O propósito desta análise é o de servir de pano de fundo para o exame da relação entre a participação feminina na força de trabalho e a situação familiar da mulher. Para tanto, se analisará as taxas de atividade das mulheres de 10 anos e mais de idade e a distribuição da PEA feminina nos setores secundário e terciário naquelas cidades. Não se examinará a participação da PEA feminina no setor primário devido ao caráter residual dessa atividade no contexto urbano.

Cabe mencionar que para efeito desta análise se recorreu à classificação de setor de atividade proposta por Madeira e Singer⁶¹ na qual os setores são agrupados de forma mais desagregada, permitindo, assim, uma melhor avaliação do tipo de inserção da mulher na estrutura produtiva e "comparações mais razoáveis ao longo do período"⁶².

Este autor separa a atividade industrial em dois setores: um ligado à produção industrial propriamente dita (Secundário I) e, outro, de cunho mais artesanal, relacionado

⁵⁸ Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, v. Bibliografia. — ⁵⁹ Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, v. Bibliografia. — ⁶⁰ Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, v. Bibliografia.

⁶¹ Felícia Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia. — ⁶² Felícia R. Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia.

às atividades de reparação (Secundário II). O terciário é, por sua vez, desmembrado segundo as atividades referentes aos Serviços de Produção, aquelas complementares à produção e à distribuição dos bens, os Serviços de Consumo Individual que visam o atendimento individual das necessidades e os Serviços de Consumo Coletivo que estão referidos ao atendimento coletivo das necessidades.

Não foi possível, porém, separar o Secundário II (Serviços de Reparação) das atividades terciárias, pois os dados sobre o setor de atividade, nos municípios, não permitem esta desagregação. Ressalte-se, ainda, que esta análise limitou-se aos anos de 1920, 1950, 1970 e 1980. As informações do Censo Demográfico de 1960 não foram utilizadas devido aos problemas apresentados por este Censo. Quanto ao Censo de 1940, também não foi possível utilizá-lo já que a classificação de setor de atividade adotada neste ano englobou em um mesmo ramo atividades pertencentes aos Serviços de Consumo Coletivo e Individual que não puderam ser separadas devido à agregação destas informações para o nível de município.

Finalmente, cabe destacar o problema da comparabilidade entre as informações censitárias, já mencionado no tópico referente aos Dados e Limitações. Em linhas gerais, os dados referentes à PEA não são totalmente comparáveis devido à forma diferenciada de mesurar a condição de atividade da

população naqueles Censos. Além do mais, a classificação da PEA pelos setores de atividade variou ao longo dos Censos Demográficos de 1920, 1950, 1970 e 1980. Neste sentido, a utilização desses dados deve ser encarada com certa cautela, limitando-se esta análise a levantar tão-somente as tendências gerais que marcam a evolução da PEA feminina naquelas cidades.

As transformações ocorridas na estrutura produtiva das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife tiveram um impacto considerável sobre a força de trabalho feminina durante os últimos 60 anos. A tendência de evolução da participação da mulher na atividade econômica não foi uniforme nesses contextos sócio-espaciais. Este fato reflete os ritmos desiguais de desenvolvimento e, conseqüentemente, as diferenças entre os mercados de trabalho das quatro cidades analisadas. Não obstante ficou evidenciado o crescimento pronunciado da participação feminina na força de trabalho em todas essas metrópoles ao longo da última década.

O exame das taxas de atividade feminina durante o período de 1920 a 1980 permitiu a identificação de alguns traços marcantes que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, as mulheres experimentaram um incremento contínuo em suas taxas de atividade apenas nas metrópoles de São Paulo e de Porto Alegre (Tabela 1). Na metrópole paulista a taxa de atividade das mulheres de 10 anos e mais de idade passou de 26,0%

TABELA 1

TAXAS DE ATIVIDADE DAS MULHERES DE 10 ANOS E MAIS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1920-1980

ANOS	TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA			
	Município de São Paulo	Município do Rio de Janeiro(*)	Município de Porto Alegre	Município de Recife
1920.....	26,0	27,9	18,7	22,5
1950.....	28,4	24,8	25,0	25,4
1970.....	29,5	26,9	29,7	25,4
1980(**).....	37,2	32,9	41,2	31,3

FONTE — IBGE — Censo Demográfico de 1920, 1950, 1970 e 1980.

(*) Corresponde ao Município Neutro em 1920, ao antigo Distrito Federal em 1950 e ao Estado da Guanabara em 1970.

(**) Refere-se à população ativa feminina ocupada.

em 1920 para 37,2% em 1980. O aumento da PEA feminina foi ainda mais significativo em Porto Alegre onde variou de 18,7% em 1920 a 41,2% em 1980.

O padrão de atividade feminina se comportou de forma diferenciada nas metrópoles do Rio de Janeiro e de Recife (Tabela 1). Em 1920 o Rio de Janeiro, sede do Governo Federal e principal centro urbano do País, apresentou a taxa mais elevada de atividade feminina, da ordem de aproximadamente 28,0%. Esse quadro se alterou, contudo, entre os anos de 1920 e 1950, fase em que ocorreu um declínio na participação da mulher na força de trabalho no antigo Distrito Federal. A presença da mulher na atividade econômica passou a ser mais expressiva na Cidade de São Paulo. Esta alteração parece ser um reflexo das mudanças processadas na sociedade brasileira durante esse período e que, em última instância, modificaram a posição dessas cidades no panorama sócio-econômico do País. Entre 1950 e 1970, o nível de atividade feminina voltou a crescer no Rio de Janeiro, muito embora não tenha excedido ao valor observado para essa cidade em 1920 nem tenha superado as taxas encontradas para São Paulo e Porto Alegre (Tabela 1).

As tendências de evolução da PEA feminina seguiram um caminho diverso em Recife. Nessa cidade a representação das mulheres experimentou um aumento entre 1920 e 1950, mantendo-se, porém, inalterada no período de 1950 a 1970 (Tabela 1). A manutenção da mesma taxa de atividade feminina durante esses anos é indicativa da mudança ocorrida na estrutura de emprego dessa cidade em função da redefinição da divisão regional do trabalho entre o Centro-Sul e o Nordeste, que ocasionou a desestruturação do parque industrial desta cidade, notadamente do setor têxtil.

A partir dos anos 50, em particular na década de 60, a nova fase da industrialização nordestina estimulada pelos incentivos fiscais alterou o parque industrial de Recife. Entre 1950 e 1970, as indústrias "tradicionais" apresentaram um crescimento

negativo tanto em termos do valor da transformação industrial (-0,8%) como especialmente em relação ao número de pessoas ocupadas (-2,2%). Ressalte-se que, no caso da indústria têxtil, o número de pessoas ocupadas passou de 29,5 mil pessoas em 1950 para 17,7 mil em 1960⁶³. O dinamismo experimentado pelo setor industrial em Recife resultou basicamente do incremento verificado nos ramos não tradicionais ao longo dos anos de 1950 a 1970.

Foi na década de 70 que as mulheres experimentaram um crescimento considerável na PEA. A década de 70 foi marcada por mudanças relevantes provocadas pelo intenso processo de modernização levado a cabo no País. De um modo geral, essas mudanças referiram-se ao aumento expressivo da PEA, que apresentou um incremento superior ao da população como um todo. No conjunto da população ativa, o fato digno de nota foi a intensificação da participação feminina na força de trabalho do País. A taxa de atividade feminina para o Brasil passou de 21,0% em 1970 para 27,0% em 1980⁶⁴. Vale acrescentar que o crescimento das taxas de atividade feminina ocorreu em todos os grupos etários. Porém "a esperada distribuição bimodal que é comum a participação feminina em sociedades capitalistas não se dá no caso brasileiro. A curva atual é mais elevada e mais concentrada que as anteriores e traduz um enorme incremento da atividade feminina durante a última década"⁶⁵.

O substancial aumento do emprego feminino em 1980 foi comum a todas as cidades examinadas, muito embora, conforme já mencionado, tenha se processado de forma mais pronunciada na metrópole de Porto Alegre (Tabela 1). Esta cidade vem experimentando um crescimento da participação da mulher na força de trabalho dos mais expressivos ao longo do tempo, mormente no período mais recente. Por outro lado, os níveis de atividade feminina mostraram também um aumento mais relevante entre os anos de 1970 e 1980 do que o observado no período anterior nas metrópoles de

⁶³ Maria Tereza S. de Melo Suarez, v. Bibliografia. — ⁶⁴ Deve-se ter em mente a diferença entre os conceitos de PEA nos Censos Demográficos de 1970 e de 1980, conforme mencionado no tópico Dados e Limitações, o que levou a uma maior contagem de número de mulheres ativas, em 1980. — ⁶⁵ Maria Helena F. I. Henriques, v. Bibliografia, p. 7.

São Paulo, Rio de Janeiro e Recife (Tabela 1).

O exame da distribuição da PEA pelos setores secundário e terciário revelou a ocorrência de mudanças apreciáveis no padrão da absorção da mão-de-obra feminina durante o período de 1920 a 1980. Em linhas gerais, cabe destacar que a alocação da PEA feminina e masculina se processou diferencialmente no mercado de trabalho daquelas metrópoles brasileiras evoluindo de forma distinta durante o período analisado. Inicialmente, se partirá para a análise da evolução da participação feminina no setor secundário.

A mulher no setor secundário

A presença da mulher era bastante elevada na indústria em 1920 sobretudo em São Paulo onde cerca de 54,0% das mulheres ativas estavam inseridas nesse setor de atividade (Tabela 2). A proporção de mulheres

no secundário era superior à das mulheres alocadas nas atividades terciárias em todas as cidades à exceção do Rio de Janeiro. Por outro lado, a participação feminina no secundário superava a masculina nas quatro cidades examinadas e, em especial, em Porto Alegre e Recife (Tabela 2). Vale lembrar que nessa época a atividade industrial era de natureza artesanal, constituindo-se em um tipo de trabalho realizado, em grande medida no domicílio, o que permitia à mulher conciliar os seus papéis na família e na produção.

As modificações ocorridas na estrutura produtiva do País após os anos 30 repercutiram de forma intensa sobre o emprego feminino, acarretando a redução da importância da atividade industrial na incorporação da mulher no mercado de trabalho.

Entre 1920 e 1950, o emprego feminino declinou no secundário nas quatro cidades brasileiras (Tabelas 2 e 3). O declínio na

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1920

SETORES DE ATIVIDADE	1920							
	São Paulo				Rio de Janeiro (*)			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	184 742	100,0	56 092	100,0	391 109	100,0	121 185	100,0
Primário	11 927	6,5	593	1,0	27 853	7,0	1 559	1,0
Secundário I (**)	72 296	39,0	30 072	54,0	114 214	29,0	41 435	34,0
Terciário	64 558	35,0	20 154	36,0	207 992	53,0	73 790	61,0
Serviços de Produção	42 646	23,0	1 850	3,3	128 265	33,0	4 148	3,4
Serviços de Consumo Individual ..	10 169	5,5	14 848	26,5	29 042	7,0	62 566	51,6
Serviços de Consumo Coletivo ...	11 740	6,5	3 456	6,2	50 685	13,0	7 076	6,0
Outros	35 964	19,5	5 273	9,0	41 050	11,0	4 401	4,0

SETORES DE ATIVIDADE	1920							
	Porto Alegre				Recife			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	54 315	100,0	13 299	100,0	70 257	100,0	22 096	100,0
Primário	9 131	17,0	259	2,0	12 502	18,0	525	2,0
Secundário I (**)	14 801	27,0	6 252	47,0	15 817	22,0	10 887	48,0
Terciário	24 802	46,0	6 191	46,5	30 028	43,0	9 735	43,0
Serviços de Produção	16 043	30,0	605	4,5	21 561	31,0	646	3,0
Serviços de Consumo Individual ..	2 695	5,0	4 806	36,0	4 593	6,5	8 158	36,0
Serviços de Consumo Coletivo ...	6 064	11,0	780	6,0	3 872	5,5	931	4,0
Outros	5 581	10,0	597	4,5	11 912	17,0	1 549	7,0

FONTE — IBGE — Censo Demográfico de 1920.

(*) Corresponde ao Município Neutro.

(**) As informações sobre o Secundário referem-se apenas ao Secundário I, pois os dados sobre o Setor de Atividade em relação aos municípios não permitem separar o Secundário II (Serviços de Reparação) das atividades do Terciário.

indústria da presença feminina se processou com maior vigor em Porto Alegre e em Recife onde a proporção de mulheres ocupadas nesse setor em relação ao total da PEA feminina passou de 47,0 e 48,0% em 1920 para 15,6 e 17,0% respectivamente em 1950 (Tabelas 2 e 3). Em São Paulo a absorção da mulher na indústria foi da ordem de 39,7% em 1950, situando-se, porém, em níveis inferiores aos apresentados pelos homens que alcançaram o patamar de 46,5% (Tabela 3).

O avanço da industrialização, através da substituição progressiva da produção artesanal pela fabril, bem como a liderança exercida por São Paulo neste processo foram elementos que contribuíram para o estabelecimento deste quadro. A mudança no parque industrial brasileiro através da implantação de novos ramos alicerçado na utilização de capital intensivo e pouco absorvedor de mão-de-obra ocasionou uma modi-

ficação na composição da força de trabalho industrial que passou a ser predominantemente masculina. Este processo incidiu de forma diferenciada no espaço regional do País afetando de modo distinto a PEA masculina e feminina.

A tendência de diminuição da participação feminina no setor secundário e a sua substituição pela mão-de-obra masculina manteve-se em 1970 (Tabela 4). Ao contrário do observado no período anterior (1950 a 1960), no qual o crescimento industrial caracterizou-se por um significativo incremento da produtividade e reduzida geração de emprego, nos anos subseqüentes (1960 a 1970) verificou-se uma grande expansão no emprego industrial que não favoreceu contudo à mulher. O emprego feminino na indústria foi mais elevado em São Paulo (24,4%) do que nas outras metrópoles, o que também ocorreu com a PEA masculina, expressando a diferenciação entre a

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1950

SETORES DE ATIVIDADE	1950							
	São Paulo				Rio de Janeiro (*)			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	696 714	100,0	253 730	100,0	715 914	100,0	244 272	100,0
Primário	14 753	2,1	889	0,3	17 537	2,4	401	0,2
Secundário (**)	323 680	46,5	100 666	39,7	215 173	30,0	41 955	17,2
Terciário	355 732	51,2	151 679	59,8	478 438	66,8	200 533	82,1
Serviços de Produção	185 782	26,7	21 122	8,3	214 755	30,0	24 403	10,0
Serviços de Consumo Individual ..	107 650	15,5	99 948	39,4	113 007	15,8	130 742	53,5
Serviços de Consumo Coletivo ...	62 300	9,0	30 609	12,1	150 676	21,0	45 388	18,6
Outros	1 549	0,2	496	0,2	4 766	0,8	1 383	0,5

SETORES DE ATIVIDADE	1950							
	Porto Alegre				Recife			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	109 101	100,0	41 635	100,0	124 176	100,0	55 547	100,0
Primário	4 181	3,8	102	0,2	2 649	2,1	109	0,2
Secundário (**)	32 304	29,6	6 495	15,6	37 070	29,9	9 440	17,0
Terciário	72 004	66,0	34 848	83,7	83 832	67,5	45 842	82,5
Serviços de Produção	36 897	33,8	5 352	12,9	44 345	35,7	4 171	7,5
Serviços de Consumo Individual ..	15 358	14,1	21 862	52,5	20 063	16,2	35 682	64,2
Serviços de Consumo Coletivo ...	19 749	18,1	7 634	18,3	19 424	15,6	5 989	10,8
Outros	612	0,6	190	0,5	625	0,5	156	0,3

FONTE — IBGE — Censo Demográfico de 1950.

(*) Corresponde ao antigo Distrito Federal.

(**) As informações sobre o Secundário referem-se apenas ao Secundário I, pois os dados sobre o Setor de Atividade em relação aos municípios não permitem separar o Secundário II (Serviços de Reparação) das atividades do Terciário.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1970

SETORES DE ATIVIDADE	1970							
	São Paulo				Rio de Janeiro (*)			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	1 628 064	100,0	698 314	100,0	1 051 594	100,0	484 003	100,0
Primário	16 093	1,0	1 575	0,2	14 606	1,4	326	0,1
Secundário I(**)	740 540	45,5	170 505	24,4	312 332	29,7	49 321	10,2
Terciário	671 424	41,2	460 917	66,0	594 252	56,5	399 872	82,6
Serviços de Produção	358 660	22,0	68 152	9,8	260 203	24,7	48 515	10,0
Serviços de Consumo Individual ..	183 587	11,3	289 320	41,4	124 681	11,8	231 979	47,9
Serviços de Consumo Coletivo ...	129 177	7,9	103 445	14,8	209 368	19,9	119 378	24,7
Outros(***)	200 007	12,3	65 317	9,4	130 404	12,4	34 484	7,1

SETORES DE ATIVIDADE	1970							
	Porto Alegre				Recife			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	210 055	100,0	112 406	100,0	203 754	100,0	108 296	100,0
Primário	4 192	2,0	156	0,2	2 839	1,4	108	0,1
Secundário I(**)	63 895	34,0	9 758	8,7	57 603	28,3	7 335	6,8
Terciário	118 182	56,3	94 934	84,4	121 044	59,4	94 340	87,1
Serviços de Produção	58 703	27,9	14 443	12,8	60 291	29,6	9 497	8,8
Serviços de Consumo Individual ..	22 845	11,0	50 327	44,8	22 420	11,0	61 638	58,9
Serviços de Consumo Coletivo ...	36 634	17,4	30 164	26,8	38 333	18,8	23 205	21,4
Outros(***)	23 786	11,3	7 560	6,7	22 268	10,9	6 513	6,0

FONTES — IBGE — Censo Demográfico de 1970.

(*) Antigo Estado da Guanabara.

(**) As informações sobre o Secundário referem-se apenas ao Secundário I, pois os dados sobre o Setor de Atividade em relação aos municípios não permitem separar o Secundário II (Serviços de Reparação) das atividades do Terciário.

(***) Inclui profissionais liberais, comércio de valores, etc. (atividade financeira, de juros, etc.).

estrutura industrial de emprego de São Paulo e a das demais cidades. A indústria paulista mostrou grande dinamismo quanto à absorção da PEA masculina no período de 1950 a 1970. O volume de homens mais do que dobrou nesta atividade, passando de 323.680 em 1950 para 740.540 em 1970. Foi também expressivo o aumento absoluto da PEA masculina na indústria na metrópole regional de Porto Alegre (Tabelas 3 e 4).

Na última década o emprego industrial mostrou uma elevação da participação da mulher no conjunto das quatro metrópoles, contrapondo-se a tendência observada nas décadas anteriores. A metrópole paulista apresentou a mais alta proporção de mulheres neste setor (28,9%), destacando-se das demais cidades. Em segundo lugar situou-se o Rio de Janeiro onde cerca de 14,9% das mulheres foram absorvidas pela indústria em 1980. Por outro lado, a incorporação da PEA feminina pelo secundário foi mais reduzida nas cidades de Porto Alegre e de Recife (Tabela 5). Vale assinalar que foram nas metrópoles nacionais que o volume de mão-de-obra feminina engajada

na atividade industrial experimentou o aumento mais pronunciado na década de 70. Esse contingente mais do que duplicou durante esse período. A título de ilustração pode-se destacar que a participação das mulheres ocupadas na indústria passou de 49.321 em 1970 para 108.151 em 1980 no Rio de Janeiro (Tabelas 4 e 5).

Os dados de 1980 revelaram também o aumento da participação da PEA masculina no setor industrial principalmente na metrópole paulista. Nessa cidade a proporção dos homens na indústria chegou a superar a proporção daqueles engajados nas atividades terciárias. A diferença entre os níveis de atividade da PEA masculina no setor secundário em São Paulo e nas outras metrópoles reflete, em grande medida, o intenso processo de concentração industrial verificado no espaço paulista na última década.

A retomada do crescimento do emprego nas indústrias tradicionais, a expansão crescente das funções administrativas no setor secundário e as oportunidades criadas nas indústrias de ponta, a exemplo da eletrôni-

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1980

SETORES DE ATIVIDADE	1980							
	São Paulo				Rio de Janeiro			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	2 429 231	100,0	1 285 130	100,0	1 327 726	100,0	724 761	100,0
Primário	9 789	0,5	1 674	0,1	8 479	0,6	644	0,1
Secundário I(*)	1 185 064	48,8	371 295	28,9	430 205	32,4	108 151	14,9
Terciário	1 082 747	44,5	824 707	64,2	800 010	60,3	576 242	79,5
Serviços de Produção	496 440	20,4	155 291	12,1	302 769	22,8	99 379	13,7
Serviços de Consumo Individual ..	405 147	16,7	438 792	34,1	266 558	20,1	281 784	38,9
Serviços de Consumo Coletivo ...	181 160	7,4	230 624	18,0	230 683	17,4	195 079	26,9
Outros	151 631	6,2	87 454	6,8	89 032	6,7	39 724	5,5

SETORES DE ATIVIDADE	1980							
	Porto Alegre				Recife			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
TOTAL	296 310	100,0	202 805	100,0	254 729	100,0	157 384	100,0
Primário	3 371	1,1	403	0,1	2 644	1,0	291	0,2
Secundário I(*)	91 668	31,0	21 627	10,7	81 542	32,0	16 090	10,2
Terciário	73 056	58,4	165 754	81,7	157 112	61,7	135 346	86,0
Serviços de Produção	72 522	24,4	31 118	15,3	68 409	26,9	22 362	14,2
Serviços de Consumo Individual ..	53 050	18,0	72 735	35,9	45 672	17,9	72 155	45,8
Serviços de Consumo Coletivo ...	47 484	16,0	61 901	30,5	43 031	16,9	40 829	26,0
Outros	28 215	9,5	15 021	7,4	13 431	5,3	5 657	3,6

FONTES — IBGE — Censo Demográfico de 1980.

(*) As informações sobre o Secundário referem-se apenas ao Secundário I, pois os dados sobre o Setor de Atividade em relação aos municípios não permitem separar o Secundário II (Serviços de Reparação) das atividades do Terciário.

ca, contribuíram para o aumento do emprego feminino na indústria na década de 70. Pesquisas recentes têm demonstrado que esse crescimento não foi, porém, acompanhado de uma modificação na posição da mulher no trabalho industrial. Os resultados destas pesquisas apontam no sentido de que as mulheres continuaram a ser segregadas nesta atividade. "Durante os anos 70 amplos contingentes de mão-de-obra feminina foram incorporados no emprego industrial no Brasil, no centro industrial do País, o Estado de São Paulo. As mulheres constituíam-se em mais de 1/4 da mão-de-obra empregada na manufatura por volta do meio da década. A sua incorporação estava estruturada em torno de uma bem desenvolvida divisão do trabalho que era particularmente evidente nas grandes firmas. Embora as mulheres estivessem sendo crescentemente absorvidas em empregos produtivos nos setores não tradicionais da economia, tais como o de equipamentos elétricos, plásticos, e nos setores que fabri-

cam peças e componentes de motores, elas estavam com freqüência confinadas exclusivamente ou predominantemente a departamentos ou categorias ocupacionais femininas"⁶⁶.

Em uma outra pesquisa realizada em indústrias na Cidade de São Paulo, em 1978, constatou-se que "2/3 das mulheres estavam empregadas como trabalhadoras semiqualficadas na produção, desenvolvendo tarefas repetitivas e de rotina que requerem concentração e coordenação motora"⁶⁷. Assim, as mulheres ocupam um lugar próprio nas indústrias "dinâmicas" que lhes é destinado em função do saber doméstico que as habilita para o exercício de tarefas rotineiras e repetitivas que exigem, por sua vez, grande dose de paciência e de destreza e que seriam dificilmente desempenhadas pelo homem. Ressalte-se, ainda, que o aumento no emprego industrial para a mulher também refletiu a ampliação das funções administrativas e de escritório que tiveram

⁶⁶ John Humphrey, Helena Hirata, v. Bibliografia. — ⁶⁷ Maria Luzia Farone, v. Bibliografia.

lugar, sobretudo, nas grandes indústrias e que são, em geral, preenchidas pela mão-de-obra feminina.

A mulher no setor terciário

As mulheres também experimentaram mudanças no seu padrão de absorção no setor terciário. Este setor transformou-se na principal fonte de emprego para a população ativa, sobretudo feminina, ao longo dos anos de 1920 a 1980. A significativa participação do terciário em termos da incorporação da PEA reflete o desequilíbrio que caracteriza a estrutura urbana de emprego em razão do processo de desenvolvimento econômico levado a cabo no País. O aumento crescente da participação da população ativa nesse setor de atividade expressa, de um lado, o incremento verificado em determinados ramos como as Atividades Sociais, Administração Pública e, de outro, a expansão de formas de subemprego a exemplo dos Serviços Domésticos Remunerados e do Comércio Ambulante. "O intenso processo de industrialização que ocorre a partir da década de 30 deu-se em condições de escassez de capital, fato este que força o setor de Serviços a se desenvolver de forma horizontal e com baixíssimo coeficiente de capitalização, assentando-se na abundância de mão-de-obra. Assim, dada a fragilidade do aparelho de intermediação e mesmo dos serviços de Consumo Pessoal, uma série de atividades, que podem ser consideradas quase ou totalmente improdutivas, apresenta um papel ativo em termos de acumulação e reprodução do sistema"⁶⁸.

A tendência de evolução deste setor de atividade ocorreu de modo praticamente similar, muito embora o grau de inserção da PEA nas atividades terciárias tenha variado nas quatro metrópoles brasileiras. Por outro lado, a alocação da PEA nos subsetores do terciário-se processou diferencialmente segundo as categorias de sexo.

Em 1920, as atividades terciárias eram ainda pouco desenvolvidas. Foi apenas na Cidade do Rio de Janeiro que esse setor absorveu a maior parcela das mulheres (61,0%) e dos homens (53,0%) ativos (Ta-

bela 2). Nessa época, o antigo Distrito Federal detinha a primazia econômica do País apresentando uma estrutura ocupacional mais diversificada do que a das outras cidades. O incremento ocorrido no setor terciário foi dos mais relevantes entre os anos de 1920 e 1950. A urbanização acelerada provocada pelos intensos fluxos migratórios de origem rural criou as condições para expansão das atividades terciárias. A mão-de-obra deslocada da atividade primária e que encontrava maiores dificuldades de inserção no secundário, devido ao caráter "tardio" de desenvolvimento desse setor, foi se refugiar nas atividades terciárias. Em 1950 mais de 80,0% das mulheres estavam alocadas no terciário nas Cidades de Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro, enquanto que em São Paulo a sua participação não atingiu a 60,0% (Tabela 3). A menor incorporação da PEA feminina pelo terciário na metrópole paulista é uma indicação das maiores oportunidades de emprego oferecidas pela indústria nessa cidade.

O padrão de diferenciação entre os níveis de absorção da PEA feminina pelo terciário em São Paulo e nas metrópoles do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife manteve-se nas décadas posteriores (Tabelas 4 e 5). Ressalte-se que a representação desse setor no emprego feminino oscilou entre 87,1% em Recife e 66,0% em São Paulo, em 1970 (Tabela 4)⁶⁹. Na última década a participação das atividades terciárias na PEA feminina experimentou, no entanto, um pequeno declínio relativo nessas cidades principalmente no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, o que pode estar relacionado às diferenças entre a agregação das informações sobre o setor terciário para o nível de municípios nos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Cabe destacar que a representação feminina nas atividades terciárias foi mais elevada em Recife (86,0%), em 1980 (Tabela 5). O engajamento da PEA masculina no terciário, embora mais reduzido do que o das mulheres, seguiu a mesma tendência observada para a PEA feminina no que tange ao padrão encontrado nessas cidades.

⁶⁸ Helena Lewin et alii, v. Bibliografia. — ⁶⁹ Cabe destacar que as categorias Profissionais Liberais, Comércio de Valores (atividade financeira, seguros, etc.) estão incluídos em Outras.

O emprego feminino apresentou modificações expressivas nos subsetores do terciário no período compreendido entre 1920 e 1980 que correspondem, de um modo geral, às transformações que tiveram lugar na estrutura de produção em decorrência dos processos de urbanização e de industrialização. Registraram-se o crescimento significativo da participação feminina nos Serviços de Consumo Coletivo e em menor escala nos Serviços de Produção e, por outro lado, o declínio de sua participação nos Serviços de Consumo Individual naquelas metrópoles brasileiras.

A PEA feminina concentrou-se, basicamente, nos Serviços de Consumo Individual. A concentração da mulher nesses serviços expressa a importância do emprego doméstico para a incorporação de mão-de-obra feminina constituindo-se, na verdade, em um resqúcio do trabalho escravo. Madeira e Singer⁷⁰ ressaltam que a significativa absorção da mulher pelos serviços domésticos remunerados representa a incapacidade do sistema produtivo de incorporar o volume de força de trabalho existente. "O trabalho doméstico remunerado não constitui uma atividade produtiva propriamente dita, pois não se acha integrado na divisão social do trabalho nem contribui para o produto social. É uma atividade que produz serviços análogos àqueles que o consumidor presta a si mesmo"... Nestas condições o número de empregos domésticos e sua evolução refletem, antes de mais nada, o grau de marginalização da mulher da atividade produtiva ou, em outros termos, a incapacidade da economia de aproveitar produtivamente a força de trabalho (sobretudo, feminina) disponível⁷¹.

Em 1920, a participação feminina nos Serviços de Consumo Individual era mais pronunciada na Cidade do Rio de Janeiro, onde mais da metade das mulheres estava inserida nessas atividades (Tabela 2). A partir de 1950, a representação da mulher nos Serviços de Consumo Individual passou a ser mais elevada na Cidade de Recife variando de 64,2% em 1950 a 45,8% em 1980 (Tabelas 3 e 5). Vale salientar que ocorreu uma diminuição da participação fe-

minina nessas atividades nas Cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e de Recife, entre os anos de 1950 e 1970 (Tabelas 3 e 4). Esta tendência foi mais acentuada na última década, estendendo-se, também à metrópole paulista (Tabela 5).

Em contrapartida, o crescimento da participação feminina nos Serviços de Consumo Coletivo foi bastante expressivo no conjunto dessas metrópoles brasileiras durante o período de 1920 a 1980. Esse aumento denota a mudança verificada na composição interna da força de trabalho feminina, principalmente a partir de 1950, relativa à entrada das mulheres dos estratos médio e alto no mercado de trabalho. "Do ponto de vista qualitativo, os Serviços de Consumo Coletivo representam o oposto dos Serviços de Consumo Individual: o trabalho neles exige, em geral, um certo nível de qualificação e uma ruptura total com as tarefas domésticas. A mulher ocupada nos serviços de Consumo Coletivo — em geral professora ou enfermeira e também funcionária burocrática, médica ou assistente social — abandona os papéis típicos de seu sexo, em lugar de combiná-los com uma atividade pretensa ou efetivamente produtiva. A evolução do emprego feminino nos Serviços de Consumo Coletivo representa, portanto, a medida, se não a única a mais importante, da integração da mulher na atividade produtiva social com todas as suas conseqüências econômicas e sociais"⁷². A representação feminina era pouco significativa nos Serviços de Consumo Coletivo em 1920 (Tabela 2). De um modo geral, a absorção da PEA pelos chamados serviços "modernos" era incipiente naquela época. Em São Paulo, a proporção da PEA feminina e masculina gira em torno de 6,0% nesses serviços, ao passo que no Rio de Janeiro e em Porto Alegre a proporção dos homens era muito superior à das mulheres. Em Recife as diferenças por sexo não foram dignas de nota nessas atividades. Em 1950, a PEA feminina passou a predominar nos Serviços de Consumo Coletivo na metrópole paulista, enquanto que em Porto Alegre a participação dos homens e das mulheres foi, praticamente, semelhante (Tabela 3). Mas em

⁷⁰ Felícia R. Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia.

⁷² Felícia R. Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia.

⁷¹ Felícia R. Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia.

1970, o predomínio feminino nesses serviços foi comum às quatro metrópoles brasileiras (Tabela 4). A expansão das atividades sociais que englobam a assistência médico-hospitalar, ensino público e previdência social, entre outras, contribuíram, em grande medida, para o crescimento do emprego nos serviços "modernos". Foram nas Metrópoles de Porto Alegre e do Rio de Janeiro que as mulheres apresentaram os níveis mais elevados de participação nesses serviços em 1970, da ordem de 26,8% e de 24,7%, respectivamente (Tabela 4). Em 1980 Porto Alegre continuou a apresentar a mais alta proporção de mulheres (30,5%) nessas atividades, seguida do Rio de Janeiro (26,5%) e do Recife (26,0%) onde a PEA feminina também mostrou níveis significativos de participação (Tabela 5).

Em suma, esses dados demonstraram que segmentos mais qualificados da força de trabalho feminina têm sido absorvidos de forma crescente pelo mercado de trabalho. A expansão daqueles serviços juntamente com o desenvolvimento do sistema educacional criaram as condições para a incorporação desse contingente da mão-de-obra feminina. "Desde 1950, no Brasil, por exemplo, o aumento na proporção de mulheres na força de trabalho parece ser, em grande medida, resultante da participação crescente de mulheres com alguma educação secundária ou superior"⁷³. Portanto, a demanda criada a partir do desenvolvimento da economia urbano-industrial beneficiou, essencialmente, às mulheres recrutadas nas camadas média e alta.

Outra indicação da mudança processada na inserção da PEA feminina no terciário referiu-se ao aumento da representação da mulher nos Serviços de Produção. Esse sub-setor do terciário, reduto da mão-de-obra feminina, foi incorporando uma proporção crescente de mulheres ao longo do período de 1920 a 1980. "... A expansão e a transformação estrutural nos Serviços de Produção geraram novas oportunidades de trabalho feminino, embora em menor número que os Serviços de Consumo Coletivo. O crescimento das empresas comerciais e das instituições de crédito acarretou um aumento ponderável do número de empregos ocu-

pados por mulheres. Aí verifica-se o mesmo que na indústria: na medida em que mercearias e quitandas são substituídas por supermercados, o número total de mulheres empregadas no comércio cresce menos, mas, qualitativamente, a mudança é significativa, pois elas deixam de ser, membros não remunerados da família para se tornar assalariadas"⁷⁴.

A tendência de crescimento da participação feminina nos Serviços de Produção teve lugar nas quatro metrópoles brasileiras especialmente depois de 1950. O engajamento das mulheres era residual nesses serviços em 1920, oscilando entre 4,5% em Porto Alegre e 3,0% em Recife (Tabela 2). Mas, em 1950, as mulheres experimentaram ganhos significativos nessas atividades, em particular nas metrópoles de Porto Alegre e do Rio de Janeiro (Tabela 3). Foi na metrópole porto-alegrense que as mulheres inseridas nos Serviços de Produção apresentaram os níveis mais elevados de participação durante o período de 1950 a 1980 (Tabelas 3 e 5). Na última década a participação feminina nesse sub-setor do terciário não se diferenciou significativamente no conjunto daquelas metrópoles, variando entre 15,3% em Porto Alegre e 12,1% na metrópole paulista (Tabela 5).

Conclusões

Em linhas gerais a evolução do emprego feminino nas metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife foi influenciada pela natureza e o ritmo desigual de desenvolvimento desses contextos sócio-espaciais durante o período de 1920 a 1980. A tendência de evolução da PEA feminina não foi uniforme nessas cidades. Em São Paulo e em Porto Alegre as mulheres apresentaram um crescimento contínuo na população ativa, enquanto que no Rio de Janeiro e em Recife as taxas de atividade feminina não mostraram o mesmo sentido ascendente durante todo aquele período. O aumento significativo registrado na atividade econômica da mulher na última década foi, contudo, comum a essas quatro metrópoles brasileiras.

A inserção da PEA feminina no setor secundário experimentou mudanças apre-

⁷³ Juan C. Elizaga, v. Bibliografia. — ⁷⁴ Felícia R. Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia.

ciáveis durante esses 60 anos. A participação da PEA feminina na indústria, que era bastante elevada, em 1920, especialmente em São Paulo, declinou nas décadas posteriores. "É preciso notar, porém, que esta diminuição resulta, principalmente, da eliminação de empregos 'tradicionais' femininos: atividades exercidas no lar, com baixa produtividade, que representam uma integração muitas vezes fictícia da mulher no processo social de produção. Em termos qualitativos, o emprego feminino na indústria está em mudança na medida em que a introdução de técnicas mais modernas, na indústria, requer a expansão das atividades administrativas e burocráticas nas quais há maior utilização do trabalho feminino e de um tipo que se integra plenamente na divisão social do trabalho"⁷⁵. O emprego feminino voltou a crescer no setor secundário, na última década, impulsionado não apenas pela reativação das indústrias "tradicionais", como também, pela abertura de oportunidades na indústria "dinâmica" e nas atividades administrativas e burocráticas, ligadas a esse setor de atividade. A indústria paulista continuou absorvendo o maior número das mulheres ativas no conjunto daquelas metrópoles brasileiras.

A PEA feminina também apresentou modificações no terciário que refletem, em última instância, a mudança processada na composição interna da força de trabalho feminina através do ingresso crescente das mulheres dos estratos médios na população ativa, mormente a partir de 1950. "Mais do que na indústria, é em setores do terciário que se multiplica este tipo de trabalho feminino, cujo caráter econômico e social é idêntico ao trabalho normalmente exercido pelo homem. A expansão dos Serviços de Consumo Coletivo, em particular, abriu perspectivas de integração à produção social a um número ponderável de mulheres, sobretudo às que dispõem de nível educacional relativamente elevado"⁷⁶. Esta tendência caracterizou a evolução do emprego feminino nas quatro cidades examinadas durante os anos de 1920 a 1980.

Finalmente, cabe assinalar que a participação feminina na força de trabalho bem

como os seus padrões de evolução não podem ser compreendidos sem que se reconheça que o papel primordial da mulher está relacionado à esfera da reprodução. Isso explica não apenas o nível reduzido da atividade feminina como, também, as condições específicas de engajamento da mulher no mercado de trabalho. É preciso lembrar que, paralelamente ao incremento da atividade feminina verificou-se, também, uma queda nos níveis de fecundidade da mulher na última década. A condição feminina e, por extensão, o grau e a natureza de sua inserção na atividade econômica, é definida no âmbito da reprodução. "É no âmbito doméstico que se localizam as relações da família patriarcal e a socialização de homens e mulheres em diferentes papéis, levando a que se estabeleçam as relações de subordinação/dominação entre os sexos. A subordinação da mulher que se origina fundamentalmente nas relações domésticas se estende à esfera da produção social, sendo reforçada neste âmbito quando se depara com uma estrutura de produção hierárquica e de exploração"⁷⁷.

Portanto, a compreensão da situação da força de trabalho feminina deve ser buscada a partir do exame da interação entre os papéis reprodutivo e produtivo da mulher. Nos capítulos subsequentes se tentará avançar nessa direção, procurando, por outro lado, avaliar a interveniência do nível de instrução da mulher nesta relação.

PADRÕES DE ATIVIDADE DA PEA FEMININA EM IDADE REPRODUTIVA

As taxas de atividade segundo o estado conjugal

O propósito do presente capítulo é o da análise da interação entre os níveis de atividade das mulheres em idade reprodutiva e algumas variáveis que refletem determinados eventos do ciclo de vida familiar, tais como: o casamento e a presença de filhos bem como da influência do nível de escolari-

⁷⁵ Felícia R. Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia. —

⁷⁷ Lourdes Benería, v. Bibliografia.

⁷⁶ Felícia R. Madeira, Paul I. Singer, v. Bibliografia. —

dade da mulher nessa relação. Primeiramente, examinar-se-á a relação entre as taxas de atividade e o estado conjugal das mulheres em idade reprodutiva nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, em 1980. Em segundo lugar, partir-se-á para a análise da influência do nível de instrução nas taxas de atividade das mulheres em idade reprodutiva por estado conjugal e presença de filhos. Por último, analisar-se-á a distribuição ocupacional desse contingente feminino segundo o estado conjugal.

O grau de participação das mulheres em idade reprodutiva na atividade econômica alcançou valores expressivos⁷⁸ nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife na última década variando de 50,0% na de Porto Alegre a 37,0% na do Recife (Tabela 6). As taxas específicas por idade indicaram, por sua vez,

que o pico da atividade ocorreu na faixa etária de 20 a 24 anos nessas Regiões Metropolitanas à exceção na do Recife. De um modo geral, o nível de atividade das mulheres em idade reprodutiva declinou em função do aumento da idade refletindo a associação existente entre a participação feminina na força de trabalho e o ciclo de vida familiar.

Vários fatores contribuíram, conforme já assinalado, para o crescimento da atividade feminina durante os anos 70. Do lado da demanda, como já foi mencionado, sobressai a ampliação das oportunidades ocupacionais provocada pelo intenso processo de modernização levado a cabo na sociedade brasileira ao longo desse período. Por outro lado, as modificações substanciais ocorridas na família, a exemplo da redução dos níveis de fecundidade, do enfraquecimento dos vínculos matrimoniais e do crescente

TABELA 6

TAXAS ESPECÍFICAS POR IDADE E ESTADO CONJUGAL DAS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1980

GRUPOS DE IDADE	TOTAL DE MULHERES				SOLTEIRAS			
	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife
TOTAL	46,0	41,0	50,0	37,0	70,0	53,0	64,0	47,0
15-19	50,0	27,0	43,0	24,0	53,0	29,0	45,0	25,0
20-24	56,0	48,0	57,0	43,0	82,0	65,0	77,0	58,0
25-29	46,0	46,0	53,0	44,0	89,0	79,0	86,0	73,0
30-34	43,0	43,0	51,0	43,0	89,0	81,0	86,0	76,0
35-39	41,0	42,0	51,0	42,0	85,0	79,0	84,0	74,0
40-44	38,0	40,0	49,0	39,0	81,0	76,0	82,0	69,0
45-49	32,0	36,0	42,0	34,0	73,0	70,0	77,0	62,0

GRUPOS DE IDADE	CASADAS				OUTRAS (*)			
	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife
TOTAL	28,0	29,0	40,0	26,0	70,0	64,0	70,0	60,0
15-19	21,0	15,0	30,0	10,0	67,0	50,0	** 66,0	** 45,0
20-24	27,0	24,0	38,0	20,0	78,0	86,0	77,0	60,0
25-29	28,0	29,0	41,0	27,0	82,0	73,0	82,0	70,0
30-34	23,0	31,0	42,0	29,0	82,0	73,0	79,0	71,0
35-39	30,0	32,0	43,0	30,0	77,0	71,0	76,0	69,0
40-44	28,0	30,0	40,0	28,0	67,0	63,0	69,0	57,0
45-49	23,0	26,0	34,0	24,0	53,0	52,0	55,0	47,0

FONTE — IBGE — Tabulações Especiais da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

OBS.: Estão excluídas as mulheres sem declaração de idade e estado conjugal.

(*) Separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas.

(**) Os valores não são significativos.

⁷⁸ Embora o conceito de quociente de participação seja metodologicamente mais adequado para designar o nível de atividade das mulheres de 15 a 49 anos de idade, optou-se pelo emprego do termo taxa de participação ao longo deste texto, dado que é utilizado de modo mais usual.

aumento da chefia familiar feminina, foram também fatores propulsores da entrada da mulher na força de trabalho. A diminuição dos níveis de fecundidade que denota uma mudança nos padrões reprodutivos da população teve certamente implicações para a vida da mulher. A atividade reprodutiva passou a ser desenvolvida em um espaço menor de tempo do ciclo de vida, tornando possível à mulher a dedicação a outras atividades que não as exclusivamente domésticas.

Outra modificação substantiva diz respeito ao progressivo questionamento feito à condição feminina, ou dito de uma outra forma, ao papel socialmente construído da mulher. A subordinação da mulher enquanto gênero quer na esfera privada, com a sua vinculação às tarefas reprodutivas, que englobam tanto a reprodução como o trabalho doméstico, quer na esfera pública, onde faz parte dos segmentos mais vulneráveis e baratos da mão-de-obra assalariada, passou a ser cada vez mais denunciada. Para tanto, os movimentos feministas contribuíram de forma decisiva repercutindo especialmente sobre as mulheres dos estratos médio e alto, que encaram o trabalho extradomiciliar como meio de libertá-las de sua posição de subordinação na família. "O feminismo atual questiona precisamente a forma tradicional de desempenho do papel de esposa e de mãe. Não se trata mais de conquistar direitos formais, mas de mudar a forma de relacionamento entre homens e mulheres, em primeiro lugar, na família, mas também no trabalho e na política. As feministas, de um modo geral, não aceitam a divisão tradicional do trabalho entre sexos, pela qual cabem à mulher todas as tarefas domésticas, deixando ao homem o relacionamento com o mundo externo ao lar. O fato de a mulher ser mãe não justifica que ela assuma todos os encargos da procriação, o que acarreta a sua dependência ao homem, que passa a ser o único a 'trazer dinheiro para casa'. É esta dependência que forma a base da subordinação da mulher; no plano econômico em primeiro lugar e nos demais planos em consequência"⁷⁹.

O aumento da escolarização feminina também favoreceu a incorporação da mulher na força de trabalho. A melhoria dos ní-

veis educacionais, também observada durante os anos 70, beneficiou, sobretudo, a mulher. Segundo dados do IBGE, a matrícula das mulheres em todos os graus de ensino, em 1980, foi superior à dos homens de 10% ao mesmo tempo em que a presença feminina quase duplicou no ensino superior entre os anos de 1975 e 1980.

Não obstante, nessas mudanças é marcante a interveniência do estado conjugal sobre o nível de atividade das mulheres em idade reprodutiva. As mulheres casadas apresentaram taxas de atividade invariavelmente mais baixas do que as das solteiras e outras (separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas) em quatro regiões metropolitanas de 1980 (Tabela 6). As casadas alcançaram níveis mais significativos de participação na Região Metropolitana de Porto Alegre onde cerca de 40,0% das mulheres situadas nessa condição de estudo conjugal estavam efetivamente engajadas na PEA feminina. Nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro os níveis de atividade das casadas giraram em torno de 29,0% ao passo que na do Recife foi menor o engajamento das casadas na atividade econômica (26,0%). Acrescente-se, ainda, que os níveis de atividade das mulheres casadas foram mais reduzidos do que os das solteiras e outras em todas as faixas etárias. O grau de participação das casadas foi, por sua vez, mais intenso na classe de 35 a 39 anos de idade.

O estado conjugal é um dos fatores chave para a compreensão do padrão de atividade feminina. As mulheres em geral e as casadas, em particular, identificam-se com o espaço doméstico e conseqüentemente o trabalho extradomiciliar passa a ser visto como secundário e/ou como uma atividade temporária, mesmo que por razões econômicas ele seja exercido durante toda a vida ativa da mulher. A condição de casada implica, efetivamente, na presença de um companheiro que assume o papel de chefe da unidade familiar, participando da produção social, enquanto que a mulher permanece ligada à esfera doméstica. A posição da mulher na família, enquanto esposa ou mãe, a impede de participar em termos igualitários não apenas com o homem, mas também

⁷⁹ Paul I. Singer, Vinicius Caldeira Brant, v. Bibliografia.

com as mulheres solteiras no mercado de trabalho. A discriminação quanto ao trabalho da mulher casada é visível no mercado de trabalho, onde as barreiras para a sua incorporação se fundamentam'' na crença de que o absentismo é maior nesse grupo de trabalhadoras''⁸⁰.

As mulheres separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas (outras) constituíram-se no segmento da população feminina em idade reprodutiva mais incorporado à atividade econômica, superando inclusive as solteiras nas regiões metropolitanas, à exceção de São Paulo (Tabela 6). Esse contingente, mesmo tendo a seu encargo, como ocorreu com as casadas, as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, é impelido a trabalhar tendo em vista a manutenção do seu grupo familiar. As mulheres separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas apresentaram taxas de atividade da ordem de 70,0% nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Porto Alegre. Para essas mulheres o pico da atividade situou-se nas faixas etárias de 25 a 29 anos (Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre) e de 30 a 34 anos (Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife).

A presença das solteiras na PEA feminina foi, por sua vez, mais acentuada na Região Metropolitana de São Paulo (70,0%) em 1980 (Tabela 6). O nível de atividade das mulheres solteiras foi mais expressivo nas classes etárias de 25 a 29 anos (Regiões Metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre) e de 30 a 34 anos (Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife).

O impacto do estado conjugal sobre a participação feminina na força de trabalho pode ser, ainda, observado através do diferencial de atividade entre, de um lado, as mulheres casadas e as solteiras e, de outro, entre as casadas e as separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas (outras) (Tabela 7). O diferencial de atividade entre as casadas e as solteiras foi significativo em quatro regiões metropolitanas, principalmente na de São Paulo, onde assumiu valores elevados em todos os grupos etários. Em contrapartida, as diferenças de atividade foram mais reduzidas para as casadas e as solteiras na

Região Metropolitana de Porto Alegre, denotando o maior engajamento das primeiras nesse mercado metropolitano de trabalho.

Quanto ao diferencial de atividade entre as casadas e as separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas (outras), cumpre ressaltar que foi mais pronunciado do que o observado entre as casadas e as solteiras, salvo na Região Metropolitana de São Paulo. As mulheres casadas e as separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas, encontram-se em situações do ciclo de vida familiar que guardam, muitas vezes, certas semelhanças entre si, pois estão mais envolvidas com as tarefas reprodutivas do que as solteiras. No entanto, existe uma diferença marcante entre elas, ou seja, as mulheres separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas não contam com um companheiro presente, tornando, assim, imperioso o seu engajamento na força de trabalho. Além do mais, esse contingente da PEA feminina é formado por mulheres que, em grande medida, desempenham efetivamente a chefia da família e que segundo as evidências empíricas têm mostrado serem mulheres que se situam, em sua maioria, nos estratos de baixa renda. ''A chefia de famílias por mulheres está estreitamente ligada à pobreza. Seja na América Latina, na África ou na Ásia, é nas camadas pobres que as mulheres estão se tornando cada vez mais o único arrimo econômico de suas famílias. Esse grupo de mulheres está, em geral, mal preparado para assumir tal responsabilidade. Rapidamente as mulheres estão sendo chamadas a desempenhar um novo papel de uma forma muitas vezes traumática. Paradoxalmente, é exatamente nas sociedades que até recentemente mantinham firmemente a tradição de sistemas familiares estáveis chefiados por homens, que a pobreza com o desenvolvimento propiciam o surgimento e a expansão das famílias chefiadas por mulheres''⁸¹.

Em suma, os dados examinados nesta parte da pesquisa forneceram indicações acerca da influência do estado conjugal na condição de atividade da mulher. Apesar do crescimento da atividade feminina, o fato de a mulher ser casada ou, mais especifica-

⁸⁰ Carmen Barroso, v. Bibliografia, p. 21. — ⁸¹ Carmen Barroso, v. Bibliografia.

TABELA 7

DIFERENCIAIS DE ATIVIDADE DAS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA, SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1980

GRUPOS DE IDADE	DIFERENCIAIS DE ATIVIDADE							
	Casadas/Solteiras				Casadas/Outras			
	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife
TOTAL	- 60,00	- 45,28	- 37,50	- 44,68	- 60,00	- 54,69	- 42,86	- 56,67
15-19.....	- 80,38	- 48,28	- 33,33	- 60,00	- 68,66	* - 70,00	* - 54,55	* - 77,77
20-24.....	- 67,07	- 63,08	- 50,56	- 65,52	- 65,38	- 63,64	- 50,65	- 66,67
25-29.....	- 68,54	- 63,29	- 52,33	- 63,01	- 65,85	- 60,27	- 50,00	- 61,43
30-34.....	- 74,16	- 61,73	- 51,16	- 61,84	- 71,95	- 57,53	- 46,84	- 59,15
35-39.....	- 64,71	- 59,49	- 48,81	- 59,46	- 61,04	- 54,93	- 43,42	- 56,52
40-44.....	- 65,43	- 60,53	- 51,22	- 59,42	- 58,21	- 52,38	- 42,03	- 50,88
45-49.....	- 68,49	- 62,86	- 55,85	- 61,29	- 56,60	- 50,00	- 38,18	- 48,94

FORNTE — IBGE — Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

(*) Os dados não são estatisticamente significativos.

mente, ter um companheiro restringe, ainda, a sua participação na atividade econômica. Esse padrão foi, por sua vez, comum às Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, em 1980.

A influência do nível de instrução na condição de atividade das mulheres, segundo o estado conjugal e a presença de filhos

O objetivo primordial deste tópico é o de averiguar se o padrão de atividade feminina por estado conjugal varia em função do nível de escolaridade da mulher. Parte-se dos pressupostos de que: a) o nível de escolaridade da mulher desempenha um papel decisivo para a compreensão do inter-relacionamento entre a participação feminina na força de trabalho e a sua situação familiar; b) este inter-relacionamento varia em função do grau e da natureza do processo de metropolização. Pretende-se, assim, encaminhar a análise da influência do nível de instrução na participação da mulher na atividade econômica, visando atender estes pressupostos básicos.

Uma das primeiras constatações a ser feita é a de que se verificou, de um modo geral, uma associação positiva entre a participação da mulher na força de trabalho e o seu nível de instrução, ou seja, houve um

aumento nas taxas de atividades femininas quanto mais elevado o nível de instrução das mulheres; em 1980 (Tabela 8). Tal fato é comprovado, também, em outros estudos realizados sobre este tema⁸². Segundo Wainerman e Lattes, o maior nível educacional pode, entre outras conseqüências, aumentar o custo de oportunidade de permanecer fora do mercado de trabalho, aumentar as oportunidades ocupacionais e as aspirações de ingresso na atividade econômica, redefinir as vias de realização pessoal ou diminuir os efeitos das pressões culturais. Esta relação, acima citada, é encontrada, também, em estudos como o de Peek, Pecht e Standing.⁸³⁻⁸⁴⁻⁸⁵⁻⁸⁶

O padrão de atividade feminina por estado conjugal, examinado em tópico anterior, varia em função do nível de escolaridade da mulher. Discriminando por categorias de anos de estudo, pôde ser constatado que as taxas de atividade das casadas se aproximaram (Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e do Recife) ou foram semelhantes às das solteiras (Região Metropolitana de Porto Alegre), somente na faixa de 12 anos e mais de estudo, denotando que, neste nível de instrução, o estado conjugal não interfere de forma marcante na condição de atividade da mulher. Ser mais instruída implica na abertura de maiores oportunidades de trabalho para a mulher, além do que para

⁸² Catalina H. Wainerman, Zulma Recchini Lattes 1981, v. Bibliografia.

— ⁸³ Peter Peek, v. Bibliografia.

⁸⁴ Waldomiro, Pecht, v. Bibliografia. — ⁸⁵ Guy Standing, v. Bibliografia.

— ⁸⁶ Guy Standing, v. Bibliografia.

TABELA 8

TAXAS DE ATIVIDADE DAS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO POR ESTADO CONJUGAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1980

ANOS DE ESTUDO	SOLTEIRAS				CASADAS	
	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Sem instrução	68,37	55,84	54,00	57,29	24,05	22,37
de 1 a 4 anos	77,38	59,64	72,78	49,58	22,96	21,90
de 5 a 8 anos	63,40	41,31	67,04	30,95	25,33	23,89
de 9 a 11 anos	68,03	53,06	62,41	50,37	36,74	42,41
12 anos e mais	80,80	73,13	75,38	70,32	64,22	70,32
TOTAL	70,41	53,19	64,28	46,80	27,56	28,51

ANOS DE ESTUDO	CASADAS		OUTRAS			
	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife
Sem instrução	29,46	18,47	61,29	57,25	58,84	56,85
de 1 a 4 anos	34,02	19,59	69,22	60,53	67,68	58,32
de 5 a 8 anos	36,52	21,01	74,35	63,77	71,50	58,84
de 9 a 11 anos	52,46	39,24	79,26	73,49	80,60	69,75
12 anos e mais	75,81	68,83	88,12	85,64	90,88	85,21
TOTAL	39,56	25,51	70,13	64,11	70,16	60,21

FORNTE-IBGE — Tabulações Especiais da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.
OBS.: Estão excluídas as mulheres sem declaração de estado conjugal e de anos de estudo.

as mulheres com 12 anos e mais de estudo por condições sócio-econômicas mais favoráveis, deve ser maior, a possibilidade de dispor de empregadas domésticas e de serviços como creches que as auxiliam e as liberam das responsabilidades domésticas. De qualquer modo, cabe acrescentar que, independentemente da situação conjugal da mulher, houve um aumento sensível das taxas de atividade feminina nas categorias de 5 a 8, 9 a 11 e 12 anos e mais de estudo, o que foi comum a quatro regiões metropolitanas.

Cumpra saber se este mesmo comportamento se manifesta quando se inclui a variável presença de filhos nesta análise (Tabela 9). Os resultados mostraram que o fato de não ter filhos influenciou mais do que o estado conjugal na condição de atividade das mulheres mais instruídas. Isto porque as taxas de atividade das casadas sem filhos nas categorias de 9 a 11 e de 12 anos e mais de estudo foram maiores do que as das solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas sem filhos nestas mesmas categorias de escolaridade nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. No caso das mulheres com filhos, a participação das casadas foi mais reduzida

do que a das solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas em todas as regiões metropolitanas, apesar de as diferenças diminuírem nas faixas de escolaridade mais elevadas, encontrando-se as menores diferenças, sobretudo, em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, respectivamente.

Os diferenciais de participação das mulheres em idade reprodutiva, confrontando as taxas de atividade do contingente feminino com 12 anos e mais de estudo e sem instrução segundo o estado conjugal, destacaram, de início, os maiores níveis de atividade para as mulheres com mais instrução (Tabela 10). Isto pôde ser retratado nos diferenciais positivos de participação encontrados, principalmente, para casadas, seguidos das separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas e, por fim, das solteiras. Estes resultados denotaram, também, níveis de escolaridade mais elevados para as casadas, estando as Regiões Metropolitanas do Recife e Rio de Janeiro com os diferenciais de participação mais elevados, relacionando as mulheres casadas sem instrução e com 12 anos e mais de estudo. Entre as solteiras, os maiores diferenciais foram encontrados em Porto Alegre (28,36%) e Rio de

TABELA 9

TAXAS DE ATIVIDADE DAS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO POR ESTADO CONJUGAL E PRESENÇA DE FILHOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE 1980

ANOS DE ESTUDO	CASADAS							
	Região Metropolitana de São Paulo		Região Metropolitana do Rio de Janeiro		Região Metropolitana de Porto Alegre		Região Metropolitana de Recife	
	Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos
Sem instrução	36,59	23,11	33,25	21,48	41,42	28,54	21,02	18,23
de 1 a 4 anos	40,83	21,32	35,86	20,65	50,56	32,43	26,25	19,08
de 5 a 8 anos	45,89	21,58	39,36	21,34	55,58	32,71	26,52	20,24
de 9 a 11 anos	63,28	32,37	58,62	38,14	72,21	46,44	55,01	36,00
12 anos e mais	78,28	59,41	78,14	67,75	79,87	75,61	72,89	67,94
TOTAL	50,75	24,46	47,93	25,77	60,08	36,40	37,28	24,15

ANOS DE ESTUDO	SOLTEIRAS E OUTRAS							
	Região Metropolitana de São Paulo		Região Metropolitana do Rio de Janeiro		Região Metropolitana de Porto Alegre		Região Metropolitana de Recife	
	Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos
Sem instrução	65,58	66,86	50,84	62,75	49,66	63,33	51,32	63,87
de 1 a 4 anos	76,43	73,25	56,28	65,26	71,12	71,70	44,89	63,55
de 5 a 8 anos	62,49	76,49	39,03	65,68	55,57	73,45	28,54	61,29
de 9 a 11 anos	67,52	80,44	52,03	72,70	61,58	81,38	49,41	71,09
12 anos e mais	80,48	87,54	72,40	85,45	75,09	89,17	69,49	88,36
TOTAL	69,38	73,61	50,82	66,74	62,84	72,80	43,70	64,65

FONTE — IBGE — Tabulações Especiais da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

OBS.: Estão excluídas as mulheres sem declaração de estado conjugal e de anos de estudo.

TABELA 10

DIFERENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO ENTRE AS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA, SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL E ALGUMAS CATEGORIAS DE ANOS DE ESTUDO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1980

ESTADO CONJUGAL	DIFERENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO ENTRE AS MULHERES COM 12 ANOS E MAIS DE ESTUDOS E AS SEM INSTRUÇÃO			
	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife
Casadas	62,55	68,19	61,14	73,16
Solteiras	15,38	23,64	28,36	18,53
Outras	30,45	33,15	35,47	33,28

FONTE — IBGE — Tabulações Especiais da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

$$d = \frac{\frac{PEA}{N_x} \cdot 100 \text{ com 12 anos e mais de estudo} - \frac{PEA}{N_x} \cdot 100 \text{ sem instrução}}{\frac{PEA}{N_x} \cdot 100 \text{ com 12 anos e mais de estudo}}$$

OBS.: Estão excluídas as mulheres sem declaração de estado conjugal e de anos de estudo.

Janeiro (23,64%), bem como para as separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas foram mais elevados em Porto Alegre (35,47%), Recife (33,28%) e Rio de Janeiro (33,15%). São Paulo ficou, em geral, com os menores diferenciais de participação na atividade econômica entre as mulheres com 12 anos e mais de estudo e as sem instrução.

Introduzindo a variável presença de filhos

associada ao estado conjugal e aos anos de estudo na análise dos diferenciais de participação entre as mulheres casadas, de um lado, e as solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas, do outro (Tabela 11), verificou-se que a inserção das casadas, em geral, foi menor do que a das solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas, e viúvas, à exceção das casadas sem filhos, com 9 a 11 e 12 anos e mais de estudo

TABELA 11

DIFERENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO ENTRE AS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO POR ESTADO CONJUGAL E PRESENÇA DE FILHOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E RECIFE — 1980

ANOS DE ESTUDO	DIFERENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO ENTRE AS MULHERES CASADAS E AS SOLTEIRAS SEM FILHOS (1)			
	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife
Sem instrução	- 79,23	- 52,90	- 19,89	- 144,15
de 1 a 4 anos	- 87,19	- 56,94	- 40,66	- 71,01
de 5 a 8 anos	- 36,17	0,84	0,02	- 7,62
de 9 a 11 anos	- 6,70	11,24	14,72	10,18
12 anos e mais	- 2,81	7,34	5,98	4,66
TOTAL	- 36,71	- 6,03	- 4,59	- 17,22

ANOS DE ESTUDO	DIFERENCIAIS DE PARTICIPAÇÃO ENTRE AS MULHERES CASADAS E AS SOLTEIRAS COM FILHOS (2)			
	Região Metropolitana de São Paulo	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Metropolitana de Porto Alegre	Região Metropolitana de Recife
Sem instrução	- 189,31	- 192,13	- 121,90	- 250,36
de 1 a 4 anos	- 243,57	- 218,03	- 121,09	- 233,07
de 5 a 8 anos	- 254,45	- 207,78	- 124,55	- 202,82
de 9 a 11 anos	- 148,50	- 90,61	- 75,24	- 97,47
12 anos e mais	- 47,35	- 26,12	- 17,93	- 30,05
TOTAL	- 200,94	- 158,98	- 100,00	- 167,70

FONTE — IBGE — Tabulações Especiais da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

$$(1) \frac{\frac{PEA^t}{N_x^F} \cdot 100 \text{ casadas sem filhos} - \frac{PEA^t}{N_x^F} \cdot 100 \text{ solteiras e outras sem filhos}}{\frac{PEA^t}{N_x^F} \cdot 100 \text{ casadas sem filhos}}$$

$$(2) \frac{\frac{PEA^t}{N_x^F} \cdot 100 \text{ casadas com filhos} - \frac{PEA^t}{N_x^F} \cdot 100 \text{ solteiras e outras com filhos}}{\frac{PEA^t}{N_x^F} \cdot 100 \text{ casadas com filhos}}$$

OBS.: Estão excluídas as mulheres sem declaração de estado conjugal e de anos de estudo.

nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Ou seja, quando ocorre o fato de a mulher não ter filhos e se consideram os níveis mais elevados de escolaridade, estas duas variáveis parecem ser mais importantes do que o estado conjugal para definir o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Os diferenciais foram maiores para o contingente das mulheres com filhos do que sem filhos, principalmente para aquelas sem instrução, de 1 a 4 anos e de 5 a 8 anos de estudo. No caso das mulheres com 9 a 11 e, principalmente, daquelas com 12 anos e mais de estudo, os diferenciais de participação diminuíram tanto para as com filhos como para as sem filhos, indicando, talvez no caso deste contingente feminino, em seu contato com a instrução formal, a possibilidade de abertura para um conjunto de valores que estimulam a sua participação na força de trabalho. Quando se realizou a comparação do conjunto das mulheres casadas e solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas com filhos e deste mesmo conjunto de mulheres sem filhos, os diferenciais foram menores em Porto Alegre, seguidos do Rio de Janeiro e Recife e finalmente São Paulo.

De um lado, estes resultados analisados na Tabela 11 mostram a importância da presença de filhos nas diferenças de participação feminina na atividade econômica, o que parece ser, no caso, mais fundamental do que o estado conjugal para determinar a condição de atividade feminina. Por outro lado, revela, ainda, como a condição de escolaridade, em alguns casos, é mais importante do que o estado conjugal no ingresso da mulher na força de trabalho. As taxas de atividade das casadas sem filhos com 9 a 11 e 12 anos e mais de estudo foram maiores do que as das solteiras e separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas sem filhos nestas mesmas categorias de escolaridade, nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife (Tabela 9). Ser mais instruída, quando não se tem filhos, pode exercer maior peso para a entrada da mulher no mercado de trabalho, em alguns casos, do que seu estado conjugal. Por outro lado, no caso do contingente feminino das casadas com filhos, as diferenças de

participação nas faixas de escolaridade mais elevadas diminuíram em relação às solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas com filhos. Porém, a mais baixa inserção da mulher na força de trabalho esteve referida às casadas com filhos.

De um modo geral, foi constatada a maior participação das mulheres solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas do que a das mulheres casadas, demonstrando que a ausência de um companheiro, mesmo para as mulheres que não tenham filhos, é fator decisivo para que ela exerça uma atividade extraluar do que as que têm companheiro. Comparando estes dois contingentes de mulheres com filhos, observaram-se taxas de atividade mais elevadas também para as solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas, pois essas, com maior razão ainda, são impelidas ao trabalho pela presença de filhos. Por outro lado, as mulheres casadas sem filhos apresentaram níveis mais altos de participação do que as casadas com filhos, confirmando, assim, que a presença de filhos é o fator mais importante para restringir a atividade econômica da mulher. Como ressaltam Ridker e Nordberg⁸⁷, o ciclo de vida familiar regula a sua inserção, saída e reingresso na força de trabalho, pois a "única maneira da mulher combinar os papéis na família e na atividade econômica sem deslocar os papéis do homem é tomá-los em seqüência, isto é, organizá-los de acordo com as demandas de seu principal papel — o de mãe".

Em suma, os resultados deste tópico parecem apontar que o nível de escolaridade da mulher exerce influência no padrão de atividade feminina por estado conjugal, que se constitui no objeto principal deste tópico da pesquisa. Os dados mostraram, porém, que, mais do que a instrução, é o fato de ser mãe, como já mencionado acima, que interfere de forma marcante na sua participação na força de trabalho, mesmo quando a mulher apresenta níveis mais elevados de escolaridade. É bem verdade que os diferenciais de participação por estado conjugal se atenuaram em razão da elevação do nível de escolaridade da mulher, mas não reverteu a tendência de serem as casadas as que apresentaram as taxas mais baixas de partici-

⁸⁷ G. Ronald Ridker, S. Olivia Nordberg, v. Bibliografia.

pação na atividade econômica. Esta situação só se inverteu para as mulheres sem filhos com níveis mais elevados de escolaridade, pois neste caso as casadas mostraram uma participação mais intensa na atividade econômica do que as solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Na Região Metropolitana de São Paulo não se observou este fenômeno, apesar dos diferenciais de participação entre as casadas e as solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas sem filhos terem sido próximos nos níveis de escolaridade mais elevados.

Um outro pressuposto básico deste tópico da pesquisa foi o de que o inter-relacionamento entre a participação feminina na força de trabalho e a situação familiar da mulher varia em função do grau e da natureza do processo de metropolização. Deve-se ressaltar, em primeiro lugar, que as regiões metropolitanas analisadas são representativas de um estágio significativo de desenvolvimento metropolitano de âmbito regional. Entre si, apresentam desigualdades econômicas e sociais que são o reflexo do processo de desenvolvimento brasileiro diferenciado. Seria de se esperar, também, que houvesse variações na relação entre a participação feminina na força de trabalho e a situação familiar da mulher em função do grau e da natureza do processo de metropolização. Mas se tal não ocorreu de forma visível, pode ser devido ao fato de que outras variáveis — não consideradas nesta pesquisa — estejam, também, influenciando naquela relação. Foi na Região Metropolitana de Porto Alegre que se observou o nível mais alto de participação da mulher na força de trabalho, suplantando, dessa forma, a Região Metropolitana de São Paulo.

Finalmente, pode-se concluir destacando que — apesar do nível de escolaridade da mulher desempenhar um papel importante no inter-relacionamento entre a participação feminina na força de trabalho e a situação familiar da mulher — os dados parecem apontar que, mais do que a instrução, é o fato de ser mãe que influencia, de forma

marcante, na participação feminina na força de trabalho.

A distribuição ocupacional das mulheres segundo o estado conjugal

Apesar do aumento significativo da atividade feminina, o mercado de trabalho continua a ser, em grande medida, segregado segundo as categorias de sexo. De um modo geral, as mulheres ocupam as posições mais desvalorizadas do mercado de trabalho, tendo acesso desigual às oportunidades oferecidas em termos de treinamento, ascensão ocupacional e outros benefícios advindos do emprego. As mulheres, em sua maioria, se alocam, preferencialmente, nas ocupações tidas como femininas ou, dito de outra forma, mais compatíveis com a sua condição feminina que pelo seu baixo prestígio social e pouca remuneração constituem-se em redutos quase exclusivos da mão-de-obra feminina.

As teorias neoclássicas e a Capital Humano procuram explicar a segregação ocupacional, no mercado de trabalho, segundo argumentos distintos. A abordagem neoclássica parte do suposto de que a demanda por trabalho feminino é mais reduzida do que a oferta, o que leva ao diferencial de salários entre os homens e as mulheres. A menor demanda por trabalho feminino restringe as oportunidades ocupacionais da mulher que tem o seu acesso ao mundo do trabalho limitado a poucas ocupações. Esta abordagem supõe, por outro lado, que os homens e as mulheres têm potencialmente a mesma produtividade e que, nesse sentido, a mão-de-obra masculina e a feminina são qualitativamente semelhantes, podendo, pois, ocupar indistintamente as mesmas posições ocupacionais. Assim, a maior demanda por trabalho masculino é explicada em termos de preferência ou de gostos por parte do empregador⁸⁸.

Já a teoria do Capital Humano parte do princípio de que o trabalho masculino e o feminino não são qualitativamente semelhantes, já que a produtividade feminina é inferior à masculina. A vida ativa da mulher é

⁸⁸ Maria Valéria Pena, v. Bibliografia.

mais reduzida do que a do homem e a mulher não acumula, ao longo da vida profissional, experiência nem treinamento. Além do mais, essa abordagem advoga a tese da liberdade individual de escolha, ou seja, a mulher — ao preferir permanecer em casa dedicando-se aos afazeres domésticos ou, por outro lado, se engajando no mercado de trabalho em alguma ocupação — faz uma escolha racional na qual não são consideradas as limitações de ordem cultural que restringem, na prática, o poder de decisão da mulher. “Não existe nenhum reconhecimento das restrições impostas pela sociedade que limitam a liberdade da mulher em fazer suas próprias decisões (a decisão da mulher em se tornar enfermeira ou secretária ao invés de médica ou executiva é apenas tratada como uma questão de gosto)”⁸⁹.

A teoria do Mercado de Trabalho Dual procura também explicar a questão da segregação ocupacional por sexo. Esta teoria parte do argumento de que a segmentação do mercado de trabalho, que teve origem entre as fases competitiva e monopolista do processo de acumulação capitalista, tem como propósito a divisão da força de trabalho. De acordo com essa teoria o mercado de trabalho se divide internamente segundo dois tipos de emprego. O primeiro, referente ao mercado primário, é constituído pelas ocupações que exigem qualificação, que propiciam os salários mais altos, condições mais satisfatórias de trabalho e maiores possibilidades de aperfeiçoamento e de ascensão profissional. Em contrapartida, no mercado secundário as ocupações exigem pouca qualificação, os salários são baixos, as condições de trabalho são precárias e a rotatividade da mão-de-obra é intensa. De acordo com essa distinção do mercado de trabalho o emprego feminino, dadas as suas características, faz parte do mercado secundário.

Esta teoria apresenta limitações quanto à compreensão do emprego feminino e da segregação ocupacional por sexo, pois conforme aponta Pena⁹⁰ ela descreve a segmentação do mercado de trabalho sem, no entanto, explicá-la. Por outro lado, o lugar

ocupado pela mulher no mercado de trabalho é tido como uma das causas de sua posição na sociedade “... Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho seria responsável pela organização da mão-de-obra feminina que, por sua vez, determinaria a posição da mulher na sociedade. Nada é dito sobre a divisão sexual do trabalho na família”⁹¹. Além do mais, a autora ressalta que a conceituação de mercado de trabalho secundário é bastante abrangente, não conseguindo dar conta da ampla variedade de fatores que caracterizam o trabalho feminino.

Além dessas teorias cabe fazer menção, ainda que em termos sumários, à abordagem marxista que também tem sido utilizada na análise do trabalho feminino. Segundo esse propósito a abordagem marxista encontra nos trabalhos de Engels seu fundamento primeiro, especialmente em sua obra *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Com Marx a questão do emprego feminino é tratada em função da mudança provocada pelo advento da grande indústria, em detrimento da manufatura. Nessa fase processou-se o engajamento da mulher na produção social. “Em contraste com o período manufatureiro, a divisão do trabalho está agora baseada, sempre que possível, no emprego de mulheres e crianças, de todas as idades, e ainda de trabalhadores não qualificados, em outras palavras, de trabalho barato”⁹². As mulheres assim como as crianças vincularam-se aos empregos não qualificados e de baixa remuneração.

O trabalho feminino remunerado é também tratado segundo o conceito do exército industrial de reserva. Normalmente, a mão-de-obra feminina é considerada como reserva de trabalho, engrossando, assim, as fileiras do excedente de mão-de-obra que é incorporado pelas atividades econômicas nas fases de prosperidade econômica e aliado dessas atividades nos períodos de recessão econômica. O marxismo não consegue, porém, dar conta da questão do emprego feminino, pois não considera em sua análise a posição da mulher na família e a sua influência decisiva

⁸⁹ Maria Valéria Pena, v. Bibliografia, p. 48. — ⁹⁰ Maria Valéria Pena, v. Bibliografia. — ⁹¹ Maria Valéria Pena, v. Bibliografia, p. 53. — ⁹² Maria Valéria Pena, v. Bibliografia, p. 63.

nas outras esferas da vida da mulher em especial na do trabalho. Sem o conhecimento do inter-relacionamento entre os papéis reprodutivo e produtivo da mulher, bem como da vinculação primeira da mulher com a reprodução não é possível compreender a especificidade da mulher enquanto mão-de-obra.

As causas da segregação ocupacional por sexo estão, em última instância, referidas ao papel socialmente construído da mulher. Sendo a reprodução e, por extensão, as responsabilidades familiares e domésticas, a missão primordial da mulher, o trabalho remunerado extradomiciliar passa a ser considerado como secundário. Desde a infância a socialização dos meninos e das meninas se processa de forma a conduzir as meninas para o desempenho futuro dessa missão, desencorajando-as de buscar uma educação que as capacite a ingressar posteriormente em igualdade de condições com o homem no mundo do trabalho. A mulher opta — ao escolher a sua formação educacional e a ocupação — por aquela que permita a conciliação das suas tarefas familiares com o trabalho, orientando-se dessa forma para um número restrito de alternativas ocupacionais. Além disso, o engajamento da mulher no mercado de trabalho se processa, muitas das vezes, de modo intermitente. A mulher se vê forçada, por causa do seu ciclo vital, a interromper a atividade remunerada extradomiciliar durante determinado período para melhor cumprir o seu papel reprodutivo. Em suma, as limitações de ordem cultural, juntamente com as responsabilidades familiares, em especial o cuidado dos filhos, restringem as oportunidades de emprego da mulher, reforçando, assim, a segregação ocupacional no mercado de trabalho.

Não é, apenas, entre os homens e as mulheres que o mercado de trabalho é diferenciado, mas, também, entre as próprias mulheres. Oppenheimer⁸³ chama a atenção para o fato de que o mercado de trabalho é distinto para as mulheres que se encontram em fases diferentes do seu ciclo vital. As mulheres solteiras e as mais jovens têm maiores chances de ingresso no mercado de trabalho do que as mulheres casadas. Ser jo-

vem é um atributo geralmente valorizado no recrutamento de mulheres para alguns tipos de ocupação, como o de secretária ou de recepcionista. Em grande medida, os anúncios que solicitam mulheres para o preenchimento dessas funções fazem a exigência de boa aparência, o que, na verdade, expressa a preferência por parte dos empregadores pelas mulheres mais jovens. A preferência pelas mulheres jovens e, em parte, também, pelas solteiras pode ser, ainda, constatada no serviço doméstico remunerado, principal fonte de emprego para a mão-de-obra feminina. A necessidade da empregada residir, muitas das vezes, no domicílio onde presta seus serviços limita as oportunidades de emprego para as casadas, principalmente para aquelas que têm filhos pequenos que são preteridas pelas mulheres que têm maior disponibilidade para dedicar-se, com exclusividade, às tarefas domésticas remuneradas. Outros exemplos poderiam, ainda, ser citados para ilustrar a diferenciação ocupacional entre as mulheres situadas em diferentes fases do seu ciclo vital. Mas o que importa ressaltar é que, de um modo geral, as mulheres casadas, particularmente aquelas com filhos pequenos, e as mulheres mais velhas encontram maiores obstáculos para se engajarem na estrutura ocupacional.

O objetivo desse capítulo é o de examinar a distribuição ocupacional das mulheres em idade reprodutiva, segundo o estado conjugal nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, em 1980. Em linhas gerais, as mulheres em idade reprodutiva se alocaram, preferencialmente, nas ocupações da Prestação de Serviços (Grupos VIII e IX) em quatro Regiões Metropolitanas, especialmente nas de Recife e do Rio de Janeiro (Tabela 12). Na Prestação de Serviços as mulheres se concentraram, em sua maioria, nas ocupações domésticas remuneradas que, como é sabido, não estão cobertas pela legislação trabalhista e nas quais as condições de trabalho são bastante precárias.

Depois da Prestação de Serviços foram as Funções Burocráticas ou de Escritório (Grupo III) que incorporaram a parcela mais significativa das mulheres em idade reproduti-

⁸³ Valéria K. Oppenheimer, v. Bibliografia.

TABELA 12

**DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DAS MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA NAS
REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE E
RECIFE — 1980**

GRUPOS OCUPACIONAIS	TOTAL				CASADAS			
	REGIÕES METROPOLITANAS							
	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
GRUPO I								
Ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Afins	11,43	16,96	16,20	15,62	16,09	22,24	19,32	22,28
GRUPO II								
Proprietários e Administradoras	2,43	2,16	2,74	2,00	3,98	3,19	3,42	3,34
GRUPO III								
Funções Burocráticas ou de Escritório	23,13	19,77	19,45	17,07	14,95	16,23	14,31	14,68
GRUPO IV								
Ocupações da Agropecuária (Produção Extrativa Vegetal, Mineral e Animal)	0,14	0,07	0,12	0,48	0,21	0,10	0,16	0,68
GRUPO V								
Ocupações da Indústria	19,84	11,83	17,08	9,44	18,75	12,69	19,87	11,11
GRUPO VI								
Ocupações do Comércio	8,12	9,20	9,59	11,18	8,78	7,96	9,22	12,83
GRUPO VII								
Ocupações do Transporte e das Comunicações	1,23	1,62	0,96	1,18	1,09	1,56	0,79	0,92
GRUPO VIII								
Ocupações da Prestação de Serviços	8,79	8,97	11,03	8,24	13,96	11,54	14,37	9,79
GRUPO IX								
Ocupações Domésticas Remuneradas	18,15	24,70	16,04	29,71	16,45	19,92	11,84	19,30
GRUPO X								
Outras Ocupações e Ocupações Mal Definidas	6,64	4,57	6,56	4,98	5,59	4,41	6,39	4,95
GRUPO XI								
Sem Declaração de Ocupação	0,10	0,15	0,23	0,10	0,15	0,16	0,31	0,12

GRUPOS OCUPACIONAIS	SOLTEIRAS				OBRAS			
	REGIÕES METROPOLITANAS							
	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
GRUPO I								
Ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Afins	8,83	13,73	13,50	12,85	9,75	13,19	13,29	9,39
GRUPO II								
Proprietários e Administradoras	1,38	1,26	1,94	1,24	3,08	2,58	3,13	1,68
GRUPO III								
Funções Burocráticas ou de Escritório	30,05	23,72	26,20	20,20	10,92	14,47	12,82	9,28
GRUPO IV								
Ocupações da Agropecuária (Produção Extrativa Vegetal, Mineral e Animal)	0,09	0,05	0,07	0,26	0,14	0,12	0,16	0,95
GRUPO V								
Ocupações da Indústria	20,85	11,24	14,37	8,30	17,66	11,52	15,87	10,00
GRUPO VI								
Ocupações do Comércio	7,73	10,43	10,20	10,18	8,00	7,99	8,54	11,02
GRUPO VII								
Ocupações do Transporte e das Comunicações	1,21	1,42	1,13	1,16	1,85	2,65	1,07	2,05
GRUPO VIII								
Ocupações da Prestação de Serviços	3,92	5,42	5,57	5,89	19,67	15,81	20,71	14,79
GRUPO IX								
Ocupações Domésticas Remuneradas	18,44	27,86	20,27	34,71	23,03	27,09	17,00	36,37
GRUPO X								
Outras Ocupações e Ocupações Mal Definidas	7,41	4,72	6,61	5,13	5,81	4,44	7,25	4,39
GRUPO XI								
Sem Declaração de Ocupação	0,09	0,15	0,14	0,08	0,09	0,14	0,16	0,08

va naqueles espaços metropolitanos, notadamente no de São Paulo (23,13%). Esse agrupamento ocupacional, que experimentou um crescimento considerável na última década, é constituído por atividades pouco qualificadas que são desenvolvidas, basicamente, pela mão-de-obra feminina, a exemplo das funções de secretária, recepcionista, telefonista, dentre outras.

Os outros grupos que absorveram proporções expressivas do contingente feminino em idade reprodutiva foram os das Ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Afins (Grupo I) e o das Ocupações da Indústria (Grupo V). A importância relativa desses grupos em termos da incorporação das mulheres variou, porém, entre as regiões metropolitanas expressando a diferenciação de seus mercados de trabalho. Na Região Metropolitana de São Paulo, as mulheres apresentaram uma participação mais intensa nas atividades industriais (19,84%) do que nas Ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Afins (11,43%), ao passo que ocorreu o inverso nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife. Já na Região Metropolitana de Porto Alegre a representação das mulheres foi praticamente similar nesses agrupamentos ocupacionais.

Além desses grupos a participação das mulheres foi ainda relevante nas Ocupações do Comércio, especialmente na Região Metropolitana de Recife, onde atingiu o valor de 11,18%, o que é uma indicação do engajamento das mulheres em formas de emprego precárias como o Comércio Ambulante ou mesmo de subocupação. Nos demais grupos ocupacionais a participação das mulheres não merece destaque, devido a sua pouca representação.

O exame da distribuição ocupacional das mulheres em idade reprodutiva com diferentes situações de estado conjugal indicou, a grosso modo, a diferenciação das posições ocupacionais dessas mulheres. Vale, contudo, salientar que o nível de agregação utilizado nesta análise permitiu tão-somente avaliar, em termos bem gerais, essas diferenças, já que um exame mais detalhado demandaria um maior nível de desagregação das informações, o que não foi possível devido a problemas de representatividade estatística dos dados.

As Ocupações Técnicas, Científicas, Ar-

tísticas e Afins (Grupo I), seguidas das Ocupações da Prestação de Serviços, exclusive as Ocupações Domésticas Remuneradas (Grupo VIII), constituíram-se nos agrupamentos ocupacionais que incorporaram uma proporção mais elevada de mulheres casadas do que de solteiras (Tabela 12). A proporção de mulheres casadas no Grupo I variou de 55,71% na Região Metropolitana de Porto Alegre a 48,0% aproximadamente nas de São Paulo e de Recife (dados não apresentados). Esse grupo de ocupações absorve as mulheres com níveis médios e alto de escolaridade que vão se concentrar, em grande medida, no magistério primário e nas suas funções auxiliares. Essas atividades, devido à maior flexibilidade de horário, permitem à mulher conciliar o trabalho remunerado com as responsabilidades familiares, o que pode explicar a maior representação das casadas nesse grupo ocupacional. Já nas Ocupações da Prestação de Serviços se engajam as mulheres com níveis mais baixos de escolaridade que desempenham atividades que são, muitas das vezes, desenvolvidas no próprio domicílio, podendo, assim, também compatibilizar a ocupação remunerada com as tarefas domésticas. Em suma, embora esses Grupos Ocupacionais (Grupo I e Grupo VIII) incorporem mulheres de segmentos sociais diferenciados, eles apresentam um traço comum que é o de possibilitar, mais do que em outros agrupamentos ocupacionais, a conciliação das responsabilidades da família com o trabalho remunerado, permitindo, assim, um maior engajamento das mulheres casadas nestas atividades.

Em se tratando de mulheres solteiras, ficou evidenciada a sua maior representação nas Funções Burocráticas ou de Escritório (Grupo III) (Tabela 12). Nessas atividades a proporção de mulheres casadas oscilou entre 34,37% na Região Metropolitana de Porto Alegre e 22,43% na de São Paulo (dados não apresentados), demonstrando o predomínio das mulheres solteiras em funções como a de secretária, recepcionista ou na grande legião de trabalhadores de escritório, que surgiram com o desenvolvimento do capitalismo, empregando basicamente mulheres desde o seu início.

As Ocupações Domésticas (Grupo IX) destacaram-se como outro agrupamento

onde as mulheres solteiras se alocaram preferencialmente. Nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e mesmo na de São Paulo, onde a diferença entre casadas e solteiras foi mais reduzida, a participação das solteiras superou, em grande medida, a das casadas, no serviço doméstico. Essa atividade continua a concentrar a maior parte da mão-de-obra feminina não qualificada que tem poucas chances de inserção no mercado de trabalho. A demanda por empregada doméstica tem aumentado em função das oportunidades ocupacionais para as mulheres das camadas média e alta que, não dispendo de serviços, principalmente no atendimento de crianças, vêm-se obrigadas a contar com uma empregada doméstica para substituí-las nas tarefas do lar.

No demais grupos ocupacionais a participação das mulheres solteiras e casadas não difere substancialmente, o que pode ser creditado ao nível muito agregado das ocupações.

O outro aspecto, que cabe ainda mencionar, diz respeito ao perfil ocupacional das mulheres desquitadas, separadas, divorciadas ou viúvas (outras) (Tabela 12). A grosso modo, essas mulheres apresentaram uma distribuição ocupacional que refletiu a sua posição desfavorável no mercado de trabalho, pois se concentraram, em sua maioria, nas Ocupações da Prestação de Serviços, incluindo as Ocupações Domésticas Remuneradas (Grupos VIII e IX). Nesse segmento da população feminina em idade reprodutiva deve ser expressiva, conforme já mencionado anteriormente, a presença das mulheres chefes de família, condição que na sociedade brasileira, a exemplo também de outros países, está, freqüentemente, associada à situação de pobreza.

CONCLUSÕES

O grau de participação das mulheres em idade reprodutiva na atividade econômica alcançou valores expressivos nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro,

Porto Alegre e Recife na última década. Não obstante, é ainda marcante a intervenção do estado conjugal sobre o nível de atividade das mulheres em idade reprodutiva. As mulheres casadas apresentaram taxas de atividade invariavelmente mais baixas do que a das solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas nessas quatro regiões metropolitanas. Por outro lado, a presença das solteiras na PEA feminina foi mais acentuada na Região Metropolitana de São Paulo, enquanto que as casadas lograram níveis mais significativos de participação na Região Metropolitana de Porto Alegre.

O padrão de atividade feminina por estado conjugal apresentou variações em função do nível de escolaridade da mulher, ou seja, existe, de fato, uma associação positiva entre a participação da mulher na força de trabalho e o seu nível de instrução. Os dados mostraram, de início, como a condição de escolaridade — em alguns casos — é mais importante do que o estado conjugal no ingresso da mulher na força de trabalho. No entanto, o achado mais importante, a ser ressaltado, é que o fato de ser mãe influenciou, mais do que a escolaridade, na inserção da mulher na força de trabalho, nas regiões metropolitanas analisadas. Este resultado encontrado difere, porém, do estudo de Wainerman e Lattes⁹⁴ no qual as autoras constataram que quanto maior for o nível de instrução da mulher maior será a probabilidade dela engajar-se no mercado de trabalho, mesmo que tenha companheiro presente e que seja ou não mãe.

O exame da distribuição ocupacional das mulheres em idade reprodutiva com diferentes situações de estado conjugal indicou, a grosso modo, a diferenciação das posições ocupacionais dessas mulheres. As Ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Afins seguidas das Ocupações da Prestação de Serviços (exclusive as Ocupações Domésticas Remuneradas), constituíram-se nos agrupamentos ocupacionais que incorporaram uma proporção mais elevada de mulheres casadas do que de solteiras. Em se tratando das mulheres solteiras ficou evidenciada a sua maior representação nas

⁹⁴ Catalina H. Wainerman, Zulma Recchini de Lattes, v. Bibliografia.

Funções Burocráticas ou de Escritório e nas Ocupações Domésticas Remuneradas. As mulheres separadas, desquitadas, divorciadas e viúvas apresentaram, por sua vez, uma posição mais desfavorável no mercado de trabalho, concentrando-se, em sua maioria, nas Ocupações da Prestação de Serviços (inclusive as Ocupações Domésticas Remuneradas).

Embora a atividade feminina tenha aumentado, na última década, os dados examinados mostraram que ainda persistem muitas barreiras à incorporação da mulher na força de trabalho. Essas barreiras são de diversas ordens, muito embora guardem estreita relação com o papel socialmente construído da mulher. A posição da mulher na família, dada pelo seu envolvimento, primeiro com a reprodução e, por extensão, com as tarefas domésticas, faz dela uma trabalhadora especial. Assim, o estado conjugal é um dos fatores que mais influenciam a atividade feminina. O fato de ser casada restringe a inserção da mulher na força de trabalho. Mas essa situação se modifica em função do acesso da mulher a níveis mais elevados de escolaridade, ou seja, a participação da mulher, mesmo casada, na atividade econômica aumenta nas categorias mais altas de escolaridade. Nesse sentido, a escolaridade — a partir de um determinado patamar — exerce um impacto decisivo sobre a atividade feminina. Esse padrão se altera, porém, quando a mulher tem filhos, indicando, desta forma, que mesmo para as mulheres mais instruídas e que têm maiores chances de engajamento no mercado de trabalho, a condição de ser mãe é o fator mais restritivo.

Em linhas gerais, essas conclusões fornecem algumas indicações que podem vir a orientar a formulação de políticas ou programas sociais que visem encorajar o crescimento da participação feminina na força de trabalho ou modificar a situação de subordinação da mulher, a fim de assegurar condições igualitárias entre os homens e as mulheres na sociedade brasileira. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de ampliar o acesso da mulher à escolarização, tendo em vista garantir não somente a obtenção de níveis mais altos de escolaridade como,

também, a possibilidade de maior diversificação de suas escolhas educacionais. O acesso a níveis mais elevados de escolaridade, juntamente com a ampliação das opções educacionais, permitirá à mulher um posicionamento mais favorável no mercado de trabalho ao impulsioná-la para determinadas áreas ocupacionais nas quais a sua presença é, ainda, pouco significativa.

Outra medida que permitiria mudanças no padrão de atividade feminina diz respeito à maior disponibilidade de serviços, notadamente no atendimento das crianças. Os dados examinados revelaram que as taxas de atividade das mulheres casadas com filhos são sistematicamente mais baixas do que as das mulheres sem filhos, refletindo as dificuldades encontradas pela mulher, mesmo as mais instruídas e, nesse caso, com condições sócio-econômicas mais satisfatórias, de compatibilizar o cuidado dos filhos com o trabalho remunerado extradomiciliar. Muitas mulheres potencialmente dispostas a ingressar no mercado de trabalho preferem, em contrapartida, permanecer inativas devido à carência desse tipo de serviços. A precariedade de creches ou de serviços similares no atendimento das crianças afeta sobretudo as mulheres de baixa renda que, para trabalhar, têm que deixar, muitas das vezes, seus filhos sozinhos.

Outra medida que poderia estimular o incremento da participação feminina na força de trabalho bem como possibilitar a mudança da posição subordinada da mulher na sociedade está relacionada à maior flexibilidade dos horários de trabalho tanto para as mulheres como para os homens. Isso permitiria conciliar o trabalho remunerado com as responsabilidades familiares que seriam, assim, distribuídas segundo as categorias de sexo. A implementação dessa medida esbarraria, contudo, em fortes resistências culturais, já que ela implica em uma real mudança de atitudes em relação aos papéis masculino e feminino nos quais se fundamenta a organização social de nossa sociedade. Para tal, seria necessário a reeducação de homens e mulheres com vistas a uma sociedade mais igualitária entre as categorias de sexo. No caso brasileiro, com as enormes desigualdades sociais existentes,

onde é ainda preciso assegurar condições mínimas de existência para amplas camadas da população, a maior flexibilidade de horários de trabalho para homens e mulheres constitui-se, porém, em uma meta a ser concretizada a longo prazo. De qualquer forma, "reconhece-se cada vez mais que somente quando a organização do trabalho for

adaptada às necessidades dos trabalhadores e de suas famílias, de modo que não prive as crianças do contato com seus pais, oportunidades iguais para a mulher no exercício de seus papéis de não mães, e a possibilidade do homem dividir o cuidado das crianças e do lar, pode tornar igualitária a condição de todos em nossa sociedade"⁹⁵.

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, Carmen. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. Edição Conjunta das Nações Unidas para a Infância e Brasileira — UNICEF, 1982, p. 21.
- _____. *Sozinhas ou Mal Acompanhadas — A Situação da Mulher Chefe de Família* — Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina — 23 a 26 de novembro de 1975, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro — IUPERJ.
- BENÉRIA, Lourdes. *Reproduction, Production and the Sexual Division of Labour*. Cambridge Journal of Economics, 1979, 3: 203-25. In: OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti; VIANNA, Marcia Coelho de Segadas; OLIVEIRA, Juarez Castro — Aspectos da Fecundidade e do Trabalho Feminino nas Áreas Urbanas de São Paulo, IBGE, 1981 (mimeo).
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, 1975* (mimeo). In: FAUSTO, Boris — Trabalho Urbano e Conflito Social — op. cit. nota 37.
- CENSO DEMOGRÁFICO, VIII Recenseamento Geral — 1970, IBGE.
- DESIGUALDADES Regionais no Desenvolvimento Brasileiro v.1. SUDENE/PIMES, 1984.
- ELIZAGA, Juan C. *The Participation of Women in the Labour Force of the Latin America: Fertility and other Factors*. International Labour Review; CIX (May-June). In: SAFA; Helen J. The Changing Class Composition of the Female Labour Force in Latin America (mimeo).
- FARONE, Maria Luzia. *Estudos de Mercado de Trabalho no SENAI/SP: Alguns Dados Necessários a sua Compreensão — SENAI*. São Paulo, Documento de Trabalho n. 1. In: HUMPHREY, John; HIRATA, Helena op. cit. nota 66.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Difusão Editorial S/A — DIFEL, maio 1977.
- FUCARACCIO, Angel. *Algunos Efectos del Desarrollo sobre la Población*. Centro Latino Americano de Demografia — CELADE, Santiago do Chile, agosto 1977, p. 1-65.
- HENRIQUES, Maria Helena F. da Trindade. *Considerações sobre a Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil: 1940-1970*. IPEA, 1979 (mimeo).
- _____. *Projeção da População Total Segundo Algumas Alternativas de Crescimento Demográfico e Projeções da População Economicamente Ativa Segundo o Nível Atual do Emprego*. (mimeo), 1983, p. 7.
- HUMPHREY, John; HIRATA, Helena. *Hidden Inequalities. Women and Men in the Labour Process*. Trabalho apresentado no IV Encontro de Estudos Populacionais, realizado em Águas de São Pedro, São Paulo, outubro 1984 (mimeo).
- LESSA, Carlos. *Quinze Anos da Política Econômica*. IFCH, 1975 (mimeo).
- LEWIN, Helena et alii. *Mão-de-obra no Brasil. Um Inventário Crítico*, Vozes/OIT/PUC, 1977, p. 75.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (da capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- MADEIRA, Felícia; SINGER, Paul I. *Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969*. Cadernos CEBRAP, n. 3, 1971.
- MEDICI, André Cezar. *A Investigação Estatística da Força de Trabalho no Brasil: Uma Análise dos Censos Demográficos de 1950 a 1980* (versão preliminar). IBGE/DT/SUEGE/DESPO (mimeo).
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Edições do Graal. Rio de Janeiro, 1977.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de; VIANNA, Marcia Coelho de Segadas; OLIVEIRA, Juarez de Castro. *Aspectos da Fecundidade e do Trabalho Feminino nas Áreas Urbanas de São Paulo*. IBGE, janeiro 1982 (mimeo).
- OPPENHEIMER, Valerie K., *The Female Labour Force in the United States: Demographic and Economic Factors Governing its Growth and Changing Composition*. Population Monograph, Series n.5, University of California, Berkley, cap. 4, 1970.

⁹⁵ Organization for Economic Co-Operation and Development, v. Bibliografia.

- ORGANIZATION for Economic Co-Operation and Development — Equal Opportunities for Women. Paris, 1979.
- PEEK, Peter. *Family Composition and Married Female Employment: The Case of Chile*. World Employment Programme, Working Paper n. 13, Geneva, OIT, May 1975.
- PECHT, Waldomiro. *Participation of Married Women in the Urban Labour Market in Selected Latin American Countries: Chile, Costa Rica, Ecuador and Venezuela*. Santiago do Chile, CELADE e Geneve: International Labour Office, 1976. In: STANDING, Guy; SHEREHAN, Glen. Economic activity of women in Nigeria-Genebra: International Labour Office (mimeo.), 1976.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- RIDKER, G. Ronald; NORDBERG, S. Olívia. *Labour Policy and Fertility in Developing Countries — Population and Employment*. Working Paper n. 30, Geneva, OIT, February 1976, p. 35.
- RIDLEY, Jeanne C. *Women's Changing Status — Fogarty International Center*. Proceedings n. 3 — National Institute of Health, November: 3-6, Maryland/Bethesda, 1969.
- SAFFIOTI, Heleieth J. B. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Ed. Vozes, p. 23.
- SALEM, Tania. *Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos*. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher n. 1*, Zahar Editores, 1981.
- SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista, 1880-1930*. (mimeo).
- SCHIMINK, Marianne. *The Plight of Poor Women in the Latin American Metropolis — An Exploratory Analysis of Policy Issues*. New York, The Population Council, March — 1980.
- SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1968, p. 45.
- _____. *Emprego, Produção e Reprodução da Força de Trabalho*. CEBRAP (mimeo). 1976, p. 3.
- _____. BRANT, Vinícius Caldeira (organizadores). *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1983, p. 113.
- STANDING, Guy. *The Labour Supply of Non Employed Women in Kingston*. Geneva, International Labour Office (mimeo), 1976.
- _____. *Education, Training and Female Employment in Jamaica*. Geneva: International Labour Office, 1975.
- SUAREZ, Maria Tereza S. de Melo. *O Recife se mudou in VII RECIFE. Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-econômicas, Atuação das Instituições. Estudos de População*, São Paulo, CEBRAP, 1981.
- SWEET, J. A.. *Family Composition and the Labour Force Activity of American Wives — Demography*. May 1980. In: PEEK, Peter. *Family Composition and Married Family Employment: The case of Chile, Population and Employment*, Working Paper n. 13, Geneva, OIT, May 1975.
- YOUNG, Christabel M. *The Family Life Cycle. Australian Family Formation Project Monograph*. Number 6-2, Institute of Advance Studies, Department of Demographic, The Australian National University Canberra, 1977.
- YOUNG, Kate; WOLKOWITZ, Card and MCCULAGH, Roslyn. *Of Marriage and the Market. Women's Subordination in International Perspective*. London, CSE Book, 1981, p. 1-221.
- WAINERMAN, Catalina H.; LATTES, Zulma Recchini de. *Trabajadoras Latinoamericanas: Un Analisis Compartativo de La Argentina, Bolivia Y Paraguay*, Argentina/Buenos Aires, Centro de Estudios de Población, Cuadernos del CENEP, n. 13 y 14 (volumen doble), Junio 1980.
- _____. *El Trabajo Feminino en el Banquillo de los Acusados*. La Medición Censal em América Latina, The Population Council y Editorial Terra Nova S. A., 1981.

RESUMO

O propósito do presente estudo é o de examinar a influência do nível de escolaridade na relação entre a participação feminina na força de trabalho e a posição da mulher na estrutura familiar em áreas diferenciadas quanto ao grau e à natureza do processo de metropolização, em 1980. Os dados mostraram, inicialmente, que o nível de escolaridade é mais importante do que o estado conjugal para o ingresso da mulher na força de trabalho. Cabe ressaltar, porém, que o fato de ser mãe tem uma influência mais decisiva do que a da escolaridade na inserção da mulher na força de trabalho nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Em suma, mesmo para as mulheres com níveis mais elevados de escolaridade e que têm maiores chances de engajamento no mercado de trabalho, a condição de ser mãe é o fator mais restritivo.